

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 2,9% do total da carteira de crédito em junho de 2017, 0,3 p.p. abaixo em relação a junho de 2016 (3,2%) e 0,5 p.p. abaixo quando comparado a dezembro de 2016 (3,4%). Os indicadores seguem em patamares controlados e refletem a solidez da cultura de riscos do Banco Santander.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,7% da carteira de crédito em junho de 2017, 6,8% em junho de 2016 e 6,6% em março de 2017.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 30 de junho de 2017 e 2016, foi de R\$4.626,0 milhões e R\$4.352,2 milhões, respectivamente, apresentando um aumento de 6,3%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$ Milhões)	jun/17	jun/16	variação anual %	mar/17	variação jun/17 vs. mar/17 %	dez/16	variação jun/17 vs. dez/16 %
Depósitos à vista	16.175,3	14.916,8	8,4	14.823,6	9,1	16.006,3	1,1
Depósitos de poupança	37.063,8	34.517,0	7,4	36.113,9	2,6	36.051,5	2,8
Depósitos a prazo	122.481,9	82.512,7	48,4	94.811,9	29,2	90.524,8	35,3
Depósitos LCV/LCA ⁽¹⁾	78.311,4	90.584,1	-13,5	96.261,2	-18,6	90.426,3	-13,4
Letras Financeiras/COE ⁽²⁾	46.635,3	65.309,8	-28,6	58.666,8	-20,5	65.393,3	-28,7
Total das Captações	300.667,6	287.840,3	4,5	300.678,3	0,0	298.402,3	0,8

⁽¹⁾ Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

⁽²⁾ Inclui Certificatos de Operações Estruturadas.

O total de captações de recursos cresceu 4,5%, comparado a junho de 2016, com destaque para o crescimento de Depósitos a prazo, que ocorreu em função da redução das captações com Letras Financeiras e da Resolução 4.527/16 do Bacen, que restringiu a renovação de operações compromissadas com debêntures emitidas pela Leasing a partir de maio de 2017.

2.5) Patrimônio Líquido

Em junho de 2017, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 5,3% em comparação a dezembro de 2016 e um aumento de 1,7% em comparação com junho de 2016.

A variação do Patrimônio Líquido entre junho de 2017 e dezembro de 2016 foi decorrente, principalmente, da variação negativa do ajuste de avaliação patrimonial (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$272,1 milhões e pelo lucro líquido do período no montante de R\$3.703,9 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$500 milhões. Adicionalmente, a Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período, de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. As provisões constituídas anteriormente tiveram seu efeito registrado no patrimônio líquido, tendo como contrapartida conta no passivo. A adoção desta norma no período findo em 30 de junho de 2017, impactou o patrimônio líquido (primeira adoção) em R\$179,3 milhões, líquido de efeito tributário.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 4 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondem, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação referente ao programa de recompra.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

	jun/17 Quantidade Units	jun/16 Quantidade ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	25.786	7.080
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	-	13.138 (13.138)
Aquisições de Ações	8.941	9.759
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.371)	(5.471)
Ações em Tesouraria no Final do Período	30.356	24.506
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 676.900	R\$ 448.966
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 169	R\$ 120
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 677.069	R\$ 449.086
Custo/Valor de Mercado	Units	Units
Custo Mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado	R\$ 22,30	R\$ 18,32
Custo Máximo	R\$ 32,29	R\$ 18,98
Valor de Mercado	R\$ 25,00	R\$ 18,18

⁽¹⁾ Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADRs que estavam em tesouraria para UNITs. No primeiro semestre de 2017 houve destaque de juros sobre capital próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	jun/17	dez/16	jun/16
Juros sobre o Capital Próprio	500,0	3.850,0	500,0
Dividendos Intermediários	0,0	700,0	0,0
Dividendos Intercalares	0,0	700,0	0,0
Total	500,0	5.250,0	500,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, com peso de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA - %	jun/17	mar/17	dez/16	jun/16
Índice de Basileia - consolidado	16,50	15,76	16,30	17,71

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de junho de 2017 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	54.741,8	5.899,4	172,2	1.974,1
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	34.387,6	1.616,7	237,7	28.204,9
Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.	3.013,1	2.829,4	18,6	1.469,5
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.)	9.007,7	706,5	33,6	8.731,5
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ⁽²⁾	17.741,7	1.670,5	202,1	0,0
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.873,5	292,5	22,6	1.705,2
Banco RCI Brasil S.A.	8.327,3	1.169,0	78,7	6.910,1
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.049,5	559,4	2,1	0,0

⁽¹⁾ Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

⁽²⁾ No terceiro trimestre de 2016, após a Getnet obter a aprovação do Bacen para atuar como uma instituição de pagamento, as atividades de aquisição, bem como respectivos ativos e passivos relacionados passaram a ser registrados nesta sociedade.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

3) Outros Eventos

3.1) Mudança no Escopo de Consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, com aplicação prospectiva, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Diante disso, o Banco Santander deixou de consolidar as sociedades Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, Norchem Participações e Consultoria S.A., Estruturadora Brasileira de Projetos S.A., Campo Grande Empreendimentos, Webmotors S.A., PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. e TecBan - Tecnologia Bancária S.A. e controladas. A mudança não impactou significativamente as demonstrações financeiras consolidadas.

3.2) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00, resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.3) Abertura da agência em Luxemburgo

O Banco Santander, em 9 de junho de 2017, obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que tenha maior capacidade de captação. A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.

3.4) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

No dia 20 de abril de 2017, o Banco Santander adquiriu do Grupo Wtórre ações correspondentes a 94,60% do capital social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida. A participação neste investimento tem caráter provisório e se encontra registrado como ativos não-correntes mantidos para venda.

3.5) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito - parceria entre Banco Santander e outros bancos do mercado brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Companhia"), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que detêrão 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco Santander estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

b) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

c) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banco PSA Finance ("Banco PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banco PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA Finance Brasil S.A., que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento da transação (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.), cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

d) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

e) Outros Eventos Societários

Itens em foram realizados os seguintes eventos societários:

Em 5 de julho de 2017, a Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda. e Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, inclusive a autorização do Bacen.

Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 ações para 1 ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 para 13 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R\$11.229,26 por ação ordinária.

Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, através da AGE da Webmotors S.A., a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A. de, forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que foi sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.

3.6) Eventos Subsequentes

3.6.1) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de julho de 2017, aprovou a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio do Banco Santander, no montante bruto de R\$500 milhões, que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$425 milhões.

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional com escala no país. O Banco tem certeza de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestando serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação do Banco está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Para isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um banco Simples, Pessoal e Justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal;
- Melhorar a rentabilidade e recorrentia e a sustentabilidade crescendo nos negócios com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, mantendo uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento; e
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais, que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

Ao longo do segundo trimestre de 2017, o Banco segue avançando em diversas frentes estratégicas, das quais destacam-se:

Aceleração no varejo

- Cartões: O faturamento de crédito cresceu pelo sétimo trimestre consecutivo, alcançando uma participação de mercado de 14,2%⁽¹⁾, aumento de 154bps em doze meses. Em abril de 2017 o Banco Santander iniciou a comercialização dos novos cartões de crédito Santander/Advantage®, que já trouxe resultados positivos nas vendas e segue com índice de 80% de ativação;
- Consignado: Forte crescimento da produção (+45% em doze meses), com evolução acima do mercado, o que contribuiu para aumentar a participação de mercado (+142bps em doze meses), atingindo 10,9%⁽²⁾;
- Superdigital: Lançamento da marca, uma evolução da Conta Super, que alcançou 1 milhão de clientes, com incremento de 484 mil novas contas em doze meses. Além disso, o app da Superdigital trouxe novas inovações, como a possibilidade do cliente dividir as contas com os seus contatos, realizar transferências por meio de *chat* e fazer compras *online*;
- Investimentos: Foram incorporados modelos mais assertivos e o Banco Santander aprimorou a oferta de investimentos para os clientes. Além disso, reforçou o conceito de assessoria financeira *na front* para recomendar produtos de investimentos ainda mais adequados para cada cliente, de acordo com suas necessidades, capacidade de investimentos e perfil do investidor; e
- Agro: Inauguração de oito lojas, em regiões estratégicas para o negócio. O Banco Santander continua expandindo a carteira de crédito à pessoa jurídica, com participação de mercado de 7,1%⁽³⁾ (+352bps em doze meses).

O Banco Santander conta com um portfólio de produtos inovadores, que promove oportunidades de crescimento dos negócios, com destaque para:

Getnet: Forte crescimento do faturamento (+36%) em doze meses, com desempenho superior ao do mercado. Para o trimestre, estima-se atingir 11,4%⁽⁴⁾ de participação de mercado, com evolução de 250bps; e

PMES: Aumento da participação de mercado (+80bps) em doze meses, atingindo 8,7%⁽⁵⁾.

Avanços Digitais

Reforçando a experiência digital, ao final de junho de 2017:

- O Banco Santander ultrapassou a marca de 6,5 milhões de *downloads* do Santander Way e mais de 18,8 milhões de acessos por mês. Além disso, foram lançadas novas funcionalidades para o aplicativo, como o acompanhamento *online* das compras realizadas, pagamento por aproximação e envio de mensagens para a gestão de cartão. Com isso, o aplicativo segue mantendo uma boa avaliação no mercado de aplicativos;
- Foi lançado o portal imobiliário, uma plataforma digital que trará maior simplificação e agilidade para o processo de contratação do crédito imobiliário. Essa inovação posiciona o Banco Santander para capturar as oportunidades do negócio com a retomada da atividade econômica e reforça a estratégia de proporcionar uma melhor experiência para os clientes;
- O Banco Santander segue ampliando o número de clientes digitais, que alcançou 7,4 milhões, crescimento de 35% em doze meses, e continua expandindo as transações digitais; e
- As vendas do *e-commerce* mais que dobraram em doze meses, influenciadas, principalmente, pelos produtos de crédito pessoal e cartões.

Fortalecendo a atuação nos negócios líderes

- Global Corporate Banking (GCB)*: Liderança em ECM⁽⁶⁾ (*Equity Capital Market*) nas operações no Brasil e na América Latina, de acordo com a Dealogic; e reconhecimento em assessoria financeira para financiamentos de projetos no Brasil, pela ANBIMA e em mercado de câmbio, pelo Bacen.
- Santander Financiamentos: Liderança do financiamento de veículos, com uma participação de mercado de 21,7%⁽⁷⁾ (+320bps em doze meses). A plataforma digital, + Negócios, segue apoiando a expansão dos negócios, com aumento de 62% nas simulações únicas de crédito de veículos em comparação a dezembro de 2016. Além disso, o Banco Santander ampliou o novo modelo digital, + Negócios, para o segmento de bens e serviços.

Novo modelo de operações

Com foco na satisfação dos clientes, foi implementado um novo modelo centrado na excelência operacional, com visão completa - *end to end* - da jornada dos clientes no consumo dos produtos e serviços. O Banco Santander está comprometido em proporcionar uma melhor experiência para os clientes, por meio de um modelo mais eficiente, com operação altamente automatizada, sem comprometer a capacidade de personalização.

Vinculação dos clientes

A base de clientes vinculados atingiu 3,8 milhões no período, com crescimento de 15% em doze meses, evidenciando o foco contínuo na melhoria da experiência dos clientes.

Reconhecimento

O Banco Santander foi premiado pela *Euromoney Awards* 2017.

- Melhor Banco do Brasil;
- Melhor Banco da América Latina;
- Melhor Banco para a Transformação na América Latina; e
- Melhor Banco do mundo para Pequenas e Médias Empresas.

⁽¹⁾ Fonte ABCEC, data base de março de 2017.

⁽²⁾ Fonte Bacen data base junho de 2017.

⁽³⁾ Fonte Bacen, data base junho de 2017.

⁽⁴⁾ Fonte Santander Brasil, market share estimado para junho de 2017.

⁽⁵⁾ Fonte Bacen, data base de março de 2017.

⁽⁶⁾ Fonte Dealogic, ECM - Fully Marketed, data base do primeiro semestre de 2017.

⁽⁷⁾ Fonte Bacen, veículos totais, data base de junho de 2017.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's (perspectiva)	BB (negativa)	B	BB (negativa)	B	brAA- (negativa)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Ba1 (negativa)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de julho de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 30 de junho de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 30 de maio de 2017, a versão final da Política de Sucessão da Administração, elaborada em consonância com a Resolução 4.538/16 do Bacen.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 9 de maio de 2017, a nomeação, em substituição à Sra. Maria Lucia Ettore do Valle, do Sr. Valdemir Moreira de Lima para a função de Ouvidor do Banco Santander, para mandato de 1 ano, com efeitos a partir da data da referida reunião.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2017: (i) a nomeação dos membros do Comitê de Auditoria do Banco, para um mandato de 1 ano, até a posse dos que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2018; (ii) a nomeação dos membros do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para mandato até 31 de agosto de 2017, data após a qual o Conselho reorganizará o Comitê de Riscos em cumprimento à Resolução CMN 4.557/17; e (iii) a nomeação dos membros dos Comitês de Sustentabilidade, de Nomeação e Governança e de Remuneração do Banco, para um mandato de 1 ano, até a posse dos que vierem a ser eleitos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o Diretor Vice-Presidente de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite ao risco;
- Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhoria, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o Diretor Vice-Presidente de Riscos e o Diretor Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de *rating*. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de capital procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de demonstrar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência estabelecidos pelo Grupo.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, entre outras) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico às diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização dos riscos, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o Banco opera.

Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk (Var)* (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

Os riscos operacionais podem ocorrer em função de processos inadequados, falhas de sistemas e pessoas ou eventos externos como desastres naturais, terrorismo, roubo e vandalismo, incluindo o risco legal. Perdas decorrentes de riscos operacionais podem causar prejuízo financeiro, afetar a continuidade dos negócios e impactar negativamente a imagem do Banco.

Para alcançar os objetivos de gestão e controle dos Riscos Operacionais, foi implementado Modelo de Gestão de Riscos Operacionais baseado em três linhas de defesa, que visa a melhorar e desenvolvimento contínuos da gestão e controle dos riscos operacionais.

- **Primeira Linha de Defesa:** contempla todas as áreas de negócios e de suporte do Banco Santander com a responsabilidade de identificar, gerir, mitigar e reportar os riscos operacionais;
- **Segunda Linha de Defesa:** a área de Riscos Não Financeiros é responsável pelo controle, monitoramento e disseminação das práticas para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos na organização. Também é responsável por implementar e disseminar a cultura de riscos, definindo metodologias, políticas, ferramentas, treinamentos e requerimentos e procedimentos aplicáveis para a efetiva gestão do risco operacional e, por assegurar que há um adequado plano de gestão da continuidade dos negócios, implementado no Banco; e
- **Terceira Linha de Defesa:** a área de Auditoria Interna é responsável pela revisão e validação independente da gestão de riscos da primeira e segunda linhas de defesa ajudando a promover a melhoria contínua no modelo.

Os objetivos do modelo de gestão e controle do Risco Operacional são:

- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por risco operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional;
- Fornecer o apoio para o processo de tomada de decisões no Banco Santander;
- Assegurar a continuidade dos negócios de maneira sustentável e fortalecer o ambiente de controles internos; e
- Manter o controle da exposição de Riscos Operacionais alinhado com a estratégia de negócio.

Governança envolvida na implementação do modelo de gestão de riscos:

- **Comitê de Controle de Riscos (CCR):** tem o objetivo de realizar o seguimento holístico e periódico dos riscos que o Banco está exposto e de exercer um controle independente sobre as atividades de gestão de riscos;
- **Comitê Operacional de Riscos Operacionais:** tem o objetivo de assegurar e estimular o adequado monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais; e
- **Fórum de Riscos Operacionais:** responsável por implementar e disseminar normativos relacionados a cultura, metodologias, padrões, políticas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para a efetiva e eficiente gestão e controle dos riscos operacionais.

O modelo adotado auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e na redução das perdas operacionais e está fundamentado nas melhores práticas do mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controles dos riscos operacionais. Assegurando conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis e busca o contínuo fortalecimento do ambiente de controles internos.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do primeiro semestre de 2017, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2017.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último *rating* de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do primeiro semestre de 2017, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2017, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada com cerca de 47 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que se identifiquem com a Cultura Corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, os profissionais do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados à ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

No Santander, Sustentabilidade é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que visa resultados para os negócios e para a sociedade de forma simples, pessoal e justa, que é baseada numa estratégia com três pilares: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais. Entre os destaques do primeiro semestre de 2017 em relação à Inclusão Social e Financeira estão, a Prospera Santander Microcrédito, que atualmente possui a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil e oferece crédito e orientação financeira a microempreendedores de baixa renda, que desembolsou em 2017 cerca de R\$341 milhões (16,1% a mais do que o desembolsado em 2016 no mesmo período).

No âmbito do Investimento Social Privado, o Programa Amigo de Valor, que permite que o Banco, bem como seus funcionários e clientes direcionem parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como um de seus compromissos para 2017, acompanhar o desenvolvimento de 36 projetos em todo o Brasil, que devem atender mais de 4 mil crianças e adolescentes em situação de riscos sociais. Já o programa Parceiros em Ação, que apoia o desenvolvimento de microempreendimentos em regiões de baixa renda onde a Prospera Santander Microcrédito está presente, capacitou 584 empreendedores em 10 cidades no primeiro semestre de 2017. Durante a Semana Somos Santander (iniciativa para promover a cultura do Santander entre os funcionários), o programa corporativo de voluntariado Programa Escola Brasil (PEB), realizou 164 ações com 35.197 beneficiários; No Pilar Educação, com 374 Instituições de Ensino Superior conveniadas, no primeiro semestre de 2017, o programa Santander Universidades Brasil concedeu 657 bolsas de estudos, destas, 260 são internacionais e 397 são nacionais; Em Gestão e Negócios Socioambientais foram realizados 4 eventos de sustentabilidade para pequenas e médias empresas dentro do Programa Avançar Negócios & Empresas e 2 eventos com o tema de Sustentabilidade no Agronegócio, com foco em mudanças climáticas e boas práticas na agricultura. Pelo lado da Eficiência Energética e Energias Renováveis, foi estimulado o crescimento desse setor no mercado com financiamento tanto para Pessoa Física como Pessoa Jurídica, sendo um exemplo a realização de 185 contratos de sistemas fotovoltaicos, bem como grandes operações, como exemplo a emissão de *Greenbonds* para a CPFL no montante de R\$200 milhões para construção de 02 parques edícios (Campos dos Ventos e São Benedito) com geração de 231MW. Dentro da atuação em mudanças climáticas, o Banco Santander aderiu ao programa CDP *Supply Chain* com o objetivo de engajar seus fornecedores para que seus negócios se tornem mais eficientes e preparados para a economia de baixo carbono. Na primeira fase foram envolvidos 83 fornecedores, que em 2017 reportarão seus inventários, além de análises de riscos e oportunidades por meio da ferramenta oferecida pelo CDP.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo de 30 de junho de 2017, foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria externa das Demonstrações Financeiras que superaram 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa, conforme abaixo:

Data da contratação	Descrição dos serviços prestados
30/3/2017	Comfort Letter - Oferta Brasileira e Internacional
23/6/2017	Revisão anual dos números contábeis do programa de emissões MTN
*Os serviços adicionais totalizam R\$1,2 milhões, o que representa 8,6% da remuneração global.	

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de junho de 2017, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva
(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/07/2017).

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									
Notas					Notas				
Explicativas		Banco		Consolidado		Explicativas		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		361.595.864	415.387.948	379.951.740	417.681.331	Passivo Circulante		483.265.716	491.795.303
Disponibilidades	4	8.005.900	4.752.105	8.261.170	5.209.299	Depósitos	18.a	159.314.833	156.876.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	74.029.149	82.664.203	51.344.170	64.128.669	Depósitos à Vista		16.181.314	14.947.783
Aplicações no Mercado Aberto		38.829.567	47.267.423	38.899.566	47.348.950	Depósitos de Poupança		37.063.761	34.516.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		23.815.352	20.916.969	1.059.884	2.297.503	Depósitos Interfinanceiros		41.576.265	68.759.348
Aplicações em Moedas Estrangeiras		11.384.230	14.479.811	11.384.720	14.482.216	Depósitos a Prazo		64.493.493	38.652.610
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	58.071.224	72.407.332	64.858.773	68.162.612	Outros Depósitos		-	129
Carteira Própria		24.060.189	20.596.018	26.714.696	24.943.865	Captações no Mercado Aberto	18.b	134.348.416	128.351.732
Vinculados a Compromissos de Recompra		30.070.504	40.580.830	22.596.608	23.937.985	Carteira Própria		121.243.006	103.308.288
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.663.557	9.925.352	11.813.236	14.611.347	Carteira de Terceiros		9.233.670	20.437.515
Vinculados ao Banco Central		9.353	430.423	39.771	430.423	Carteira de Livre Movimentação		3.871.740	4.605.929
Moedas de Privatização		835	864	835	864	Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	18.c	72.382.827	56.793.962
Vinculados à Prestação de Garantias		266.786	873.845	3.693.627	4.238.128	Recursos de Aceltes Cambiais		-	500.949
Relações Interfinanceiras	7	67.472.827	60.963.588	67.861.196	61.309.702	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		68.113.470	50.302.270
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.865.666	1.787.281	1.865.666	1.787.281	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3.881.921	5.532.563
Créditos Vinculados:		64.625.300	59.153.524	65.013.669	59.499.638	Certificados de Operações Estruturadas		887.436	959.129
Depósitos no Banco Central		64.623.451	59.153.380	65.011.820	59.499.494	Relações Interfinanceiras	7	1.789.616	1.650.829
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		1.849	144	1.849	144	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.667.988	1.577.089
Repasse Interfinanceiros		956.676	-	956.676	-	Correspondentes		121.628	73.740
Correspondentes		25.185	22.783	25.185	22.783	Relações Interdependências		2.718.940	2.443.059
Operações de Crédito	8	70.876.854	72.338.416	97.745.448	90.661.396	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.718.807	2.442.609
Sector Público		6.223	6.150	6.223	18.694	Transferências Internas de Recursos		133	450
Sector Privado		74.530.329	75.760.478	101.810.963	94.589.938	Obrigações por Empréstimos	18.e	28.369.772	24.795.141
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	254.072	-	Empréstimos no País - Outras Instituições		-	2.167
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.659.698)	(3.428.212)	(4.325.810)	(3.947.236)	Empréstimos no Exterior		28.369.772	24.792.974
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	10	1.388.713	1.516.648	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	5.284.626	4.652.885
Sector Privado		-	11	1.415.486	1.539.926	Tesouro Nacional		-	105
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	(1)	(26.773)	(23.278)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		2.889.097	2.041.128
Outros Créditos		81.895.544	121.154.346	86.529.904	124.809.060	Caixa Econômica Federal (CEF)		3.836	4.179
Créditos por Avals e Fianças Honrados		155.152	1.408	155.152	1.408	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		2.237.026	2.456.447
Carteira de Câmbio	9	43.875.289	73.840.798	43.875.289	73.840.798	Outras Instituições		154.667	151.026
Rendas a Receber		717.526	724.848	723.560	633.934	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	3.331.840	7.251.618
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.012.205	4.417.915	1.306.631	4.714.352	Instrumentos Financeiros Derivativos		3.331.840	7.251.618
Créditos Tributários	11	8.187.816	6.731.316	9.137.165	7.491.378	Outras Obrigações		75.724.846	108.979.369
Diversos	12	28.366.454	35.738.849	31.798.545	38.463.812	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemlhados		1.347.048	1.261.728
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(418.898)	(300.788)	(466.438)	(336.622)	Carteira de Câmbio	9	38.419.277	64.948.465
Outros Valores e Bens		1.244.366	1.107.948	1.883.945	1.883.945	Sociais e Estatutárias		386.289	742.237
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	13	130.713	-	130.713	487.386	Fiscais e Previdenciárias	19	1.136.049	2.034.000
Outros Valores e Bens		850.617	742.909	1.357.437	745.104	Negociação e Intermediação de Valores	10	127.294	3.193.317
(Provisões para Desvalorizações)		(345.365)	(85.110)	(411.207)	(85.110)	Dívidas Subordinadas	20	493.564	8.227.285
Despesas Antecipadas		608.401	450.149	885.423	736.565	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	112.989	178.385
Ativo Realizável a Longo Prazo		294.803.910	282.399.919	261.042.838	224.656.156	Diversas	22	33.702.336	28.393.952
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	17.564.474	14.631.661	254.929	148.918	Passivo Exigível a Longo Prazo		139.033.121	173.718.887
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		17.564.474	14.631.661	254.929	148.918	Depósitos	18.a	62.789.361	46.866.028
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	142.154.008	149.273.128	103.531.861	81.825.511	Depósitos Interfinanceiros		2.873.132	2.117.198
Carteira Própria		28.057.587	40.389.191	21.396.866	17.876.605	Depósitos a Prazo		59.916.229	44.748.830
Vinculados a Compromissos de Recompra		94.841.657	87.351.727	61.763.717	41.363.441	Captações no Mercado Aberto	18.b	27.563.237	45.089.063
Instrumentos Financeiros Derivativos		6.415.008	8.741.230	6.537.050	8.787.758	Carteira Própria		2.477.107	23.703.068
Vinculados ao Banco Central		2.293.487	4.001.430	2.293.487	4.001.430	Carteira de Livre Movimentação		25.086.130	21.385.995
Moedas de Privatização		1.536	2.197	1.536	2.197	Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	18.c	8.529.425	39.266.334
Vinculados à Prestação de Garantias		10.544.733	8.787.353	11.539.205	9.794.080	Recursos de Aceltes Cambiais		-	519.796
Relações Interfinanceiras	7	273.429	167.818	273.429	167.818	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		8.076.017	39.045.330
Créditos Vinculados:		273.429	167.818	273.429	167.818	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		10.597	199.708
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		273.429	167.818	273.429	167.818	Certificados de Operações Estruturadas		442.811	21.296
Operações de Crédito	8	85.541.789	83.732.868	101.035.508	100.602.530	Obrigações por Empréstimos	18.e	465.988	3.740.601
Sector Público		69.194	91.437	69.194	91.437	Empréstimos no País - Outras Instituições		-	395.764
Sector Privado		96.542.769	94.621.535	112.759.995	112.140.977	Empréstimos no Exterior		465.988	3.740.601
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		166.907	161.760	166.907	161.760	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	11.556.983	11.281.036
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(11.237.081)	(11.141.864)	(11.960.588)	(11.791.644)	Tesouro Nacional		-	209
Operações de Arrendamento Mercantil	8	1	1	1.253.383	1.341.175	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		7.200.942	6.087.372
Sector Privado		1	1	1.292.064	1.375.554	Caixa Econômica Federal (CEF)		91.365	99.355
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(38.681)	(34.379)	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		4.260.140	5.086.803
Outros Créditos		48.743.934	34.299.059	54.110.386	39.612.224	Outras Instituições		4.536	7.297
Créditos por Avals e Fianças Honrados		217.817	46.983	217.817	46.983	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	5.233.302	5.931.946
Carteira de Câmbio	9	1.349.281	1.950.009	1.349.281	1.950.009	Instrumentos Financeiros Derivativos		5.233.302	5.931.946
Rendas a Receber		211.475	195.929	211.475	195.929	Outras Obrigações		22.894.825	21.543.879
Créditos Tributários	11	16.630.276	17.244.479	18.775.476	19.209.228	Carteira de Câmbio		9.215.827	1.584.259
Diversos	12	30.672.241	15.205.411	33.967.324	18.622.702	Fiscais e Previdenciárias	19	1.743.031	1.003.365
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(337.156)	(343.752)	(410.987)	(412.627)	Negociação e Intermediação de Valores	10	734	40.427
Outros Valores e Bens		526.275	835.384	583.342	957.980	Dívidas Subordinadas	20	-	447.612
Investimentos Temporários		101.765	101.801	101.773	97.669	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	8.325.272	8.009.815
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	(1.773)	(1.773)	Diversas	22	11.609.961	10.458.401
Despesas Antecipadas		426.275	735.348	483.342	862.084	Resultados de Exercícios Futuros		332.503	353.730
Permanente		27.067.669	27.386.829	12.055.863	12.856.769	Resultados de Exercícios Futuros		332.503	353.730
Investimentos		17.633.773	16.342.209	372.046	163.677	Patrimônio Líquido	24	60.836.103	59.846.776
Participações em Coligadas e Controladas:	15	17.614.342	16.323.585	352.301	144.994	Capital Social:		57.000.000	57.000.000
No País		14.784.982	13.616.536	352.301	144.994	De Domiciliados no País		4.808.186	4.808.186
No Exterior		2.829.360	2.707.049	-	-	De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814
Outros Investimentos		50.639	51.824	56.467	57.683	Reservas de Capital		359.687	412.934
(Provisões para Perdas)		(31.208)	(33.200)	(36.722)	(39.000)	Reservas de Lucros		6.053.294	4.807.965
Imobilizado de Uso	16	5.792.681	6.266.748	7.174.288	6.825.304	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.899.809)	(1.925.037)
Imóveis de Uso		2.510.711	2.549.647	2.824.668	2.656.793	Lucros Acumulados		-	-
Outras Imobilizações de Uso		11.154.741	10.845.935	12.920.893	12.054.483	(-) Ações em Tesouraria		(677.069)	(449.086)
(Depreciações Acumuladas)		(7.872.771)	(7.128.834)	(8.571.273)	(7.885.972)	Participação dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-
Intangível	17	3.641.215	4.777.872	4.509.529	5.867.788	Total do Patrimônio Líquido		60.836.103	59.846.776
Agio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.120.037	26.120.037	27.459.096	27.475.274	Total do Passivo		632.467.443	629.714.608
Outros Ativos Intangíveis		9.054.525	7.728.064	9.556.539	8.207.413	Total do Ativo		632.467.443	629.714.608
(Amortizações Acumuladas)		(31.533.347)	(29.070.229)	(32.506.106)	(29.814.899)			632.467.443	629.714.608
Total do Ativo		632.467.443	725.714.696	652.050.441	655.194.256			632.467.443	725.714.696

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Notas Explicativas	Banco		Consolidado			Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016			01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016		
Receitas da Intermediação Financeira											
Operações de Crédito		39.779.081	45.669.811	39.726.635	43.394.855	Atividades Operacionais					
Operações de Arrendamento Mercantil		18.761.132	12.385.943	23.614.295	16.541.839	Lucro Líquido					
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	210.894	223.834	Ajustes ao Lucro Líquido					
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	14.956.539	17.668.142	9.742.202	11.241.378						
Resultado de Operações com Câmbio		1.016.304	5.068.959	1.093.569	4.776.017						
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		1.921.608	7.205.256	1.919.546	7.250.981						
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	626	4.475	2.557						
Despesas da Intermediação Financeira		(29.755.255)	(30.061.977)	(27.195.978)	(26.039.758)						
Operações de Captação no Mercado	18.d	(23.178.243)	(31.316.950)	(19.697.903)	(26.357.759)						
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.391.534)	6.253.906	(1.536.919)	6.071.078						
Operações de Arrendamento Mercantil		(19)	(77)	-	-						
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.185.459)	(4.998.856)	(5.961.156)	(5.753.077)						
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		10.023.826	15.607.834	12.530.657	17.355.097						
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.897.903)	(6.045.452)	(6.424.513)	(7.226.177)						
Receitas de Prestação de Serviços	27	4.227.312	4.294.324	5.473.803	4.848.800						
Rendas de Tarifas Bancárias	27	1.644.795	1.291.862	2.027.491	1.569.906						
Despesas de Pessoal	28	(3.425.266)	(3.263.111)	(3.740.663)	(3.600.071)						
Outras Despesas Administrativas	29	(4.956.564)	(4.798.796)	(5.684.534)	(5.525.735)						
Despesas Tributárias	30	(1.329.403)	(2.002.622)	(1.729.439)	(2.332.036)						
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	882.644	486.401	16.009	670						
Outras Receitas Operacionais	31	1.712.644	1.716.331	2.039.865	2.227.047						
Outras Despesas Operacionais	32	(3.654.065)	(3.769.841)	(4.827.045)	(4.414.758)						
Resultado Operacional		5.125.923	9.562.382	6.106.144	10.128.920						
Resultado não Operacional	33	(212.188)	23.201	(278.077)	20.626						
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		4.913.735	9.585.583	5.828.067	10.149.546						
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	(583.413)	(6.455.474)	(1.268.874)	(6.917.171)						
Provisão para Imposto de Renda		(733.994)	(849.901)	(1.166.182)	(1.121.228)						
Provisão para Contribuição Social		(557.949)	(799.630)	(881.297)	(1.022.457)						
Ativo Fiscal Diferido		708.530	(4.805.943)	778.605	(4.773.486)						
Participações no Lucro		(622.131)	(574.888)	(664.928)	(614.110)						
Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	(190.344)	(58.159)						
Lucro Líquido		3.708.191	2.555.221	3.703.921	2.560.106						
Nº de Ações (Mil)	24.a	7.502.370	7.514.070	-	-						
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		494,27	340,06	-	-						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.											
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO											
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado											
	Notas Explicativas	Banco		Consolidado			Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016			01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016		
Receitas da Intermediação Financeira		39.779.081	45.669.811	39.726.635	43.394.855	Atividades Operacionais					
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	27	5.872.107	5.586.186	7.501.294	6.418.706	Atividades de Investimento					
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.185.459)	(4.998.856)	(5.961.156)	(5.753.077)	Aquisição de Investimentos					
Outras Receitas e Despesas		(2.131.394)	(2.030.309)	(3.043.042)	(2.167.079)	Aquisição de Imobilizado de Uso					
Despesas da Intermediação Financeira		(24.569.796)	(25.063.121)	(21.234.822)	(20.286.681)	Aplicações no Intangível					
Insumos de Terceiros		(2.964.934)	(2.892.113)	(3.434.950)	(3.388.838)	Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos à Venda					
Material, Energia e Outros		(121.198)	(146.983)	(124.906)	(152.286)	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos					
Serviços de Terceiros	29	(944.673)	(887.844)	(1.130.258)	(1.067.923)	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição					
Avaliação do Valor Recuperável	32	(22.215)	-	(22.215)	(6)	Alienação de Bens não de Uso Próprio					
Outros		(1.876.848)	(1.857.286)	(2.157.571)	(2.168.623)	Alienação de Imobilizado de Uso					
Valor Adicionado Bruto		10.799.605	16.271.598	13.553.959	18.217.886	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos					
Retenções		-	-	-	-	Mudança no Escopo de Consolidação					
Depreciações e Amortizações	29	(1.653.558)	(1.565.587)	(1.902.254)	(1.770.246)	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento					
Valor Adicionado Líquido Produzido		9.146.047	14.706.011	11.651.705	16.447.640	Atividades de Financiamento					
Valor Adicionado Recebido em Transferência		-	-	-	-	Aquisição de Ações de Emissão Própria					
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	882.644	486.401	16.009	670	Emissões de Obrigações de Longo Prazo					
Valor Adicionado Total a Distribuir		10.028.691	15.192.412	11.667.714	16.448.310	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo					
Distribuição do Valor Adicionado						Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital					
Pessoal		3.583.930	35,7%	3.395.469	22,3%	3.896.383	33,4%	3.720.699	22,7%	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	
Remuneração	28	1.984.640	1.865.360	2.171.898	2.068.385	Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários					
Benefícios	28	676.264	672.526	728.280	728.924	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento					
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		183.676	143.348	200.834	160.881	Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa					
Outras		739.350	714.235	795.371	762.509	Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa					
Impostos, Taxas e Contribuições		2.376.283	23,7%	8.900.626	58,7%	3.507.521	30,1%	9.742.689	59,2%	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	
Federais		2.112.416	8.660.427	3.193.813	9.464.883	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período					
Estaduais		435	272	548	394	4					
Municipais		263.432	239.927	313.160	277.412	17.847.678					
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	360.287	3,6%	341.096	2,2%	369.545	3,2%	366.657	2,2%	31.348.083	18.133.177
Remuneração de Capitais Próprios		3.708.191	37,0%	2.555.221	16,8%	3.894.265	33,4%	2.618.265	15,9%	22.080.036	25.037.539
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	500.000	500.000	500.000	500.000	293					
Reinvestimentos de Lucros		3.208.191	2.055.221	3.203.921	2.060.106	(2.743.474)					
						293					
						(2.832.631)					
						4.232.358					
						(6.310.544)					
						4.093.583					
						(7.556.570)					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas coligadas e controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificados por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. A partir de 1 de janeiro de 2017, conforme Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, as participações societárias em sociedades controladas em conjunto passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial de forma prospectiva. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) ⁽ⁱ⁾;
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽ⁱⁱ⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽ⁱⁱ⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) ⁽ⁱⁱ⁾;
- BRIL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FIL (Fundo de Investimento Imobiliário) ⁽ⁱⁱⁱ⁾; e
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ^(iv).

⁽ⁱ⁾ A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O Banco RCI Brasil S.A. vendeu recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas serão terços somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas. Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2016.

^(iv) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em agosto de 2016. Trata-se de uma estrutura onde o Banco Santander figurava como credor de determinadas dívidas (operações de crédito). Os imóveis objeto de garantia das operações foram convertidos em aportes de capital junto ao Fundo de Investimento Imobiliário, conjugado a concomitante transferência das cotas do mesmo para o Banco Santander mediante processo de doação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo toda posição oriunda do balancete do Santander FI Hedge Strategies.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2017 na reunião realizada em 25 de julho de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2017, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/i.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Auração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução do CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no primeiro semestre de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para 3 meses/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

A Administração do Banco Santander decidiu segregar em uma linha destacada os "Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos" e os respectivos impactos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, consequentemente as correspondentes cifras da Demonstração dos Fluxos de Caixa foram reclassificadas para o semestre findo em 30 de junho de 2016, com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil. A Administração considerou tais reclassificações como imateriais.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Aprecamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispôs sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de aprecamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para o prazo de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em doação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;

b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e

c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos foram aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar decorrente de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015, o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real, a fim de adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em outubro de 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de consórcio cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência do risco.

• Provisão de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. Esta provisão é estimada com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence Previdência S.A. (Evidence) (Nota 15), relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de consórcio aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de consórcio cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade.

Na PSL judicial, incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

O IBNR deve ser constituído para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. O termo "sinistro" abrange todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, aloáveis e não aloáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios ou as portabilidades solicitadas a que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estendê-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									

w) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, a serem aplicadas de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1 de janeiro de 2017 foram registradas em contrapartida de conta do patrimônio líquido, de acordo com as normas do Bacen.

x) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	31/12/2015
Disponibilidades	8.005.900	5.513.365	4.752.105	5.231.627
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.074.136	12.334.313	20.285.434	26.116.456
Aplicações no Mercado Aberto	1.980.061	1.053.105	5.594.038	3.993.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	709.845	282.753	211.585	292.520
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.384.230	10.998.455	14.479.811	21.830.781
Total	22.080.036	17.847.678	25.037.539	31.348.083

	Consolidado			
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	31/12/2015
Disponibilidades	8.261.170	5.723.084	5.209.299	6.863.856
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.965.590	12.410.093	20.367.313	26.269.326
Aplicações no Mercado Aberto	2.050.060	1.129.140	5.675.566	4.146.025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	530.810	282.753	211.585	292.520
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.384.720	10.998.200	14.480.162	21.830.781
Total	22.226.760	18.133.177	25.576.612	33.133.182

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
22.085.121	16.744.446	-	38.829.567	47.267.423
459.884	40	-	459.924	1.369.044
51.182	-	-	51.182	355
200.426	-	-	200.426	731.075
208.276	40	-	208.316	637.614
3.501.578	5.920.478	-	9.422.056	20.582.285
1.109.958	1.013.647	-	2.123.605	7.430.206
2.391.620	4.906.831	-	7.298.451	13.152.079
18.123.659	10.823.928	-	28.947.587	25.316.094
4.955.512	1.378.471	-	6.333.983	8.431.285
13.168.147	9.445.457	-	22.613.604	16.884.809
6.245.638	17.569.714	17.564.474	41.379.826	35.548.630
11.384.230	-	-	11.384.230	14.479.811
39.714.989	34.314.160	17.564.474	91.593.623	97.295.864
			74.029.149	82.664.203
			17.564.474	14.631.661
			Consolidado	
			30/06/2017	30/06/2016
Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
22.155.120	16.744.446	-	38.899.566	47.348.950
4.031.462	5.397.335	-	9.428.797	15.463.706
51.182	-	-	51.182	11.882
270.426	-	-	270.426	5.814.222
1.318.234	1.009.307	-	2.327.541	9.637.602
2.391.620	4.388.028	-	6.779.648	-
-	523.183	-	523.183	6.569.150
-	4.380	-	4.380	2.417.059
-	518.803	-	518.803	4.152.091
18.123.658	10.823.928	-	28.947.586	25.316.094
4.955.512	1.378.471	-	6.333.983	8.431.285
13.168.146	9.445.457	-	22.613.603	16.884.809
692.367	367.517	254.929	1.314.813	2.446.421
11.384.720	-	-	11.384.720	14.482.216
34.232.207	17.111.963	254.929	51.599.099	64.277.587
			51.344.170	64.128.669
			254.929	148.918

	Banco			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
22.155.120	16.744.446	-	38.899.566	47.348.950
4.031.462	5.397.335	-	9.428.797	15.463.706
51.182	-	-	51.182	11.882
270.426	-	-	270.426	5.814.222
1.318.234	1.009.307	-	2.327.541	9.637.602
2.391.620	4.388.028	-	6.779.648	-
-	523.183	-	523.183	6.569.150
-	4.380	-	4.380	2.417.059
-	518.803	-	518.803	4.152.091
18.123.658	10.823.928	-	28.947.586	25.316.094
4.955.512	1.378.471	-	6.333.983	8.431.285
13.168.146	9.445.457	-	22.613.603	16.884.809
692.367	367.517	254.929	1.314.813	2.446.421
11.384.720	-	-	11.384.720	14.482.216
34.232.207	17.111.963	254.929	51.599.099	64.277.587
			51.344.170	64.128.669
			254.929	148.918

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
35.016.261	116.415	-	35.132.676	39.286.461
Títulos Públicos	34.696.074	117.323	34.813.397	35.547.302
Títulos Privados	320.187	(908)	319.279	3.739.159
144.498.568	(23.263)	1.048.478	145.523.783	155.447.611
Títulos Públicos	77.388.067	(23.263)	1.266.776	78.631.580
Títulos Privados	67.110.501	-	66.892.203	99.013.121
9.490.208	-	-	9.490.208	8.279.806
Títulos Públicos	9.490.208	-	9.490.208	8.279.806
189.005.037	93.152	1.048.478	190.146.667	203.013.878
Derivativos (Ativo)	25.168.026	(15.167.787)	78.326	10.078.565
214.173.063	(15.074.635)	1.126.804	200.225.232	221.680.460
142.154.008	-	-	142.154.008	149.273.128
Derivativos (Passivo)	(23.313.323)	14.841.154	(92.973)	(13.183.564)
3.331.840	-	-	3.331.840	(7.251.618)
5.233.302	-	-	5.233.302	(5.931.946)
			Consolidado	
			30/06/2017	30/06/2016
Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
39.689.855	185.297	-	39.875.152	39.530.911
Títulos Públicos	37.905.265	134.724	38.039.989	38.762.434
Títulos Privados	1.784.590	50.573	1.835.163	768.477
99.429.950	(23.263)	1.268.301	100.674.988	78.778.301
Títulos Públicos	80.393.211	(23.263)	1.424.143	81.794.091
Títulos Privados	19.036.739	-	18.880.897	18.735.436
9.490.208	-	-	9.490.208	8.279.806
Títulos Públicos	9.490.208	-	9.490.208	8.279.806
148.610.013	162.034	1.268.301	150.040.348	126.589.018
Derivativos (Ativo)	24.723.226	(6.582.678)	209.738	18.350.286
173.333.239	(6.420.644)	1.478.039	168.390.634	149.988.123
64.858.773	-	-	64.858.773	68.162.612
103.531.861	-	-	103.531.861	81.825.511
(15.002.781)	(1.590.617)	(325.428)	(16.918.826)	(18.049.344)
			(11.482.135)	(11.903.704)
			(5.436.691)	(6.145.640)

	Banco			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
34.696.074	117.323	34.813.397	35.547.302	37.905.265
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.419.809	1.420.526	2.295.572	3.084.885
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.527.933	13.567.935	13.415.504	13.527.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	214.675	(7.765)	206.910	214.675
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	14.882.917	45.216	14.928.133	14.971.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	52.837	8	52.797	1.204.489
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	4.408.052	34.528	4.442.580	5.325.878
Títulos da Dívida Agrária - TDA	189.169	4.572	193.741	189.169
Títulos da Dívida Externa Brasileira	682	45	727	682
320.187	(908)	319.279	3.739.159	1.784.590
Ativos	(230)	245	4.896	227.768
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	4.653	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	17.621
Cotas de Fundos de Investimento em Moedas Estrangeiras	20.847	(66)	20.781	15.981
Debêntures	234.062	(418)	233.644	3.634.379
Letras Financeiras - LF	-	-	-	30.418
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	50.352	(5)	50.347	213
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	14.451	(189)	14.262	79.037
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	567
Total	35.016.261	116.415	35.132.676	39.286.461

	Consolidado			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
39.689.855	185.297	-	39.875.152	39.530.911
Títulos Públicos	37.905.265	134.724	38.039.989	38.762.434
Títulos Privados	1.784.590	50.573	1.835.163	768.477
99.429.950	(23.263)	1.268.301	100.674.988	78.778.301
Títulos Públicos	80.393.211	(23.263)	1.424.143	81.794.091
Títulos Privados	19.036.739	-	18.880.897	18.735.436
9.490.208	-	-	9.490.208	8.279.806
Títulos Públicos	9.490.208	-	9.490.208	8.279.806
148.610.013	162.034	1.268.301	150.040.348	126.589.018
Derivativos (Ativo)	24.723.226	(6.582.678)	209.738	18.350.286
173.333.239	(6.420.644)	1.478.039	168.390.634	149.988.123
64.858.773	-	-	64.858.773	68.162.612
103.531.861	-	-	103.531.861	81.825.511
(15.002.781)	(1.590.617)	(325.428)	(16.918.826)	(18.049.344)
			(11.482.135)	(11.903.704)
			(5.436.691)	(6.145.640)

	Banco			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
34.696.074	117.323	34.813.397	35.547.302	37.905.265
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.419.809	1.420.526	2.295.572	3.084.885
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.527.933	13.567.935	13.415.504	13.527.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	214.675	(7.765)	206.910	214.675
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	14.882.917	45.216	14.928.133	14.971.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	52.837	8	52.797	1.204.489
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	4.408.052	34.528	4.442.580	5.325.878
Títulos da Dívida Agrária - TDA	189.169	4.572	193.741	189.169
Títulos da Dívida Externa Brasileira	682	45	727	682
320.187	(908)	319.279	3.739.159	1.784.590
Ativos	(230)	245	4.896	227.768
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	4.653	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	17.621
Cotas de Fundos de Investimento em Moedas Estrangeiras	20.847	(66)	20.781	15.981
Debêntures	234.062	(418)	233.644	3.634.379
Letras Financeiras - LF	-	-	-	30.418
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	50.352	(5)	50.347	213
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	14.451	(189)	14.262	79.037
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	567
Total	35.016.261	116.415	35.132.676	39.286.461

	Consolidado			
	30/06/2017	30/06/	30/06/2017	30/06/2017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2017			30/06/2016			Consolidado		
	Negociação			Negociação			30/06/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Opções de Venda Outras	49.704.268	495.831	419.971	41.258.240	504.588	497.843			
Mercado Interfinanceiro	49.348.456	19.581	20.846	40.487.084	23.998	16.442			
Outras ⁽¹⁾	355.812	476.250	399.125	771.156	480.590	481.401			
Compromissos de Venda	81.823.648	(293.117)	(312.313)	70.356.692	(724.710)	(915.047)			
Opções de Compra Dólar	7.264.672	(90.907)	(121.842)	4.813.058	(185.511)	(247.813)			
Opções de Venda Dólar	5.104.964	(161.759)	(144.995)	5.981.727	(444.029)	(564.991)			
Opções de Compra Outras	9.635.115	(13.287)	(1.830)	23.782.235	(52.673)	(95.245)			
Mercado Interfinanceiro	9.458.326	(5.775)	(1.775)	23.415.823	(14.975)	(29.685)			
Outras ⁽¹⁾	176.789	(7.512)	(55)	366.412	(37.698)	(65.560)			
Opções de Venda Outras	59.818.897	(27.164)	(43.646)	35.779.672	(42.497)	(6.998)			
Mercado Interfinanceiro	59.785.899	(19.548)	(16.849)	35.726.760	(31.167)	(3.191)			
Outras ⁽¹⁾	32.998	(7.616)	(26.797)	52.912	(11.330)	(3.807)			
Contratos de Futuros	203.949.204			177.768.917	-	-			
Posição Comprada	54.910.840	-	-	32.181.721	-	-			
Cupom Cambial (DDI)	33.162.003	-	-	12.315.845	-	-			
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	19.621.409	-	-	12.606.968	-	-			
Moeda Estrangeira	1.282.131	-	-	5.161.517	-	-			
Índice ⁽²⁾	231.189	-	-	98.441	-	-			
"Treasury Bonds/Notes"	614.108	-	-	-	-	-			
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	-	-	-	1.998.950	-	-			
Posição Vendida	149.038.364	-	-	145.587.196	-	-			
Cupom Cambial (DDI)	31.166.592	-	-	56.697.307	-	-			
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	73.631.021	-	-	77.260.185	-	-			
Moeda Estrangeira	24.312.900	-	-	9.785.048	-	-			
Índice ⁽²⁾	16.720.875	-	-	1.539.750	-	-			
"Treasury Bonds/Notes"	3.206.976	-	-	304.906	-	-			
Contratos a Termo e Outros	49.371.347	(887.088)	(726.719)	48.101.402	1.889.421	1.629.057			
Compromissos de Compra	21.058.065	(2.705.262)	849.149	17.934.628	585.404	147.440			
Moedas	21.031.247	(2.705.262)	848.851	17.435.201	588.603	149.688			
Outros	26.818	-	298	499.427	(3.199)	(2.248)			
Compromissos de Venda	28.313.282	1.818.174	(1.575.868)	30.166.774	1.304.017	1.481.617			
Moedas	28.313.282	1.818.174	(1.575.868)	28.044.936	1.300.818	1.480.776			
Outros	-	-	-	2.121.838	3.199	841			
Consolidado									
	30/06/2017			30/06/2016			30/06/2017		
	Negociação			Negociação			30/06/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Referência
Ativo	217.421.824	9.898.982	1.749.799	206.730.738	18.928.739	3.427.587			
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	47.035.967	24.867.355	27.342.308	52.719.884	30.013.503	30.973.664			
Taxa de Juros Pré-Reais	137.929.990	-	-	132.444.151	-	-			
Indexados em Índices de Preços e Juros	7.929.210	-	-	2.927.671	-	-			
Moeda Estrangeira	25.163.637	1.679.796	1.441.753	18.636.439	-	-			
Outros	-	-	-	2.593	1.972	(28.614)			
Passivo	207.522.842	(16.648.169)	(27.034.262)	187.801.999	(11.084.764)	(27.546.077)			
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	22.168.632	-	-	22.708.353	-	-			
Taxa de Juros Pré-Reais	151.985.050	(14.055.060)	(24.647.708)	138.682.104	(6.237.953)	(22.665.715)			
Indexados em Índices de Preços e Juros	9.849.211	(2.557.011)	(2.360.067)	7.157.021	(4.229.350)	(4.115.916)			
Moeda Estrangeira	23.843.911	-	-	19.253.900	(617.461)	(764.446)			
Outros	36.108	(36.108)	(26.487)	621	-	-			
Opções	168.457.408	519.672	375.927	142.756.063	420.487	402.169			
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	22.168.632	-	-	22.708.353	-	-			
Taxa de Juros Pré-Reais	151.985.050	(14.055.060)	(24.647.708)	138.682.104	(6.237.953)	(22.665.715)			
Indexados em Índices de Preços e Juros	9.849.211	(2.557.011)	(2.360.067)	7.157.021	(4.229.350)	(4.115.916)			
Moeda Estrangeira	23.843.911	-	-	19.253.900	(617.461)	(764.446)			
Outros	36.108	(36.108)	(26.487)	621	-	-			
Compromissos de Compra	83.506.630	886.326	730.751	71.375.085	1.132.542	1.312.114			
Opções de Compra Dólar	12.900.166	184.948	156.269	6.519.077	232.451	287.091			
Opções de Venda Dólar	3.499.653	119.000	118.535	4.074.781	350.192	436.409			
Opções de Compra Outras	16.793.233	66.957	31.543	19.005.229	71.970	120.400			
Mercado Interfinanceiro	8.516.010	3.701	(1.116)	18.060.103	5.122	7.282			
Outras ⁽¹⁾	8.277.223	63.256	32.659	945.126	66.848	113.118			
Opções de Venda Outras	50.313.578	515.421	424.404	41.775.998	477.929	468.214			
Mercado Interfinanceiro	49.458.456	19.581	20.846	40.487.084	23.998	16.442			
Outras ⁽¹⁾	965.122	495.840	403.558	1.288.914	453.931	451.772			
Compromissos de Venda	84.950.778	(366.654)	(354.824)	71.380.978	(712.055)	(909.945)			
Opções de Compra Dólar	7.264.672	(90.907)	(121.842)	4.813.058	(185.511)	(247.813)			
Opções de Venda Dólar	5.104.964	(161.759)	(144.995)	5.981.727	(444.029)	(564.991)			
Opções de Compra Outras	12.009.840	(43.487)	(19.144)	24.170.794	(20.970)	(59.975)			
Mercado Interfinanceiro	9.458.326	(5.775)	(1.775)	23.415.823	(14.975)	(29.685)			
Outras ⁽¹⁾	2.551.514	(37.712)	(17.369)	754.971	(5.995)	(30.290)			
Opções de Venda Outras	60.571.302	(70.501)	(68.843)	36.415.399	(61.545)	(37.166)			
Mercado Interfinanceiro	59.785.899	(19.548)	(16.849)	35.726.760	(31.167)	(3.191)			
Outras ⁽¹⁾	785.403	(50.953)	(51.994)	688.639	(30.378)	(33.975)			
Contratos de Futuros	204.227.642			177.768.917	-	-			
Posição Comprada	55.000.002	-	-	32.181.721	-	-			
Cupom Cambial (DDI)	33.162.003	-	-	12.315.845	-	-			
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	19.710.571	-	-	12.606.968	-	-			
Moeda Estrangeira	1.282.131	-	-	5.161.517	-	-			
Índice ⁽²⁾	231.189	-	-	98.441	-	-			
"Treasury Bonds/Notes"	614.108	-	-	-	-	-			
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	-	-	-	1.998.950	-	-			
Posição Vendida	149.227.640	-	-	145.587.196	-	-			
Cupom Cambial (DDI)	31.166.592	-	-	56.697.307	-	-			
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	73.664.946	-	-	77.260.185	-	-			
Moeda Estrangeira	24.312.900	-	-	9.785.048	-	-			
Índice ⁽²⁾	16.876.226	-	-	1.539.750	-	-			
"Treasury Bonds/Notes"	3.206.976	-	-	304.906	-	-			
Contratos a Termo e Outros	49.450.042	(807.472)	(642.327)	48.107.525	1.840.120	1.681.160			
Compromissos de Compra	21.058.065	(2.705.262)	849.149	17.934.628	585.404	147.491			
Moedas	21.031.247	(2.705.262)	848.851	17.435.201	588.603	149.688			
Outros	26.818	-	298	499.427	(3.199)	(2.248)			
Compromissos de Venda	28.391.977	1.897.790	(1.491.476)	30.172.897	1.254.716	1.533.259			
Moedas	28.313.282	1.818.174	(1.575.868)	28.044.936	1.300.818	1.480.776			
Outros	78.695	79.616	84.392	2.127.961	(46.102)	52.483			

⁽¹⁾ Inclui opções de ações e índices.

⁽²⁾ Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor Referencial			Valor Referencial		
	Cientes	Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total	Total
"Swap"	43.962.595	36.303.299	55.142.470	135.408.364	122.218.953	
Opções	7.705.429	661.640	153.810.375	162.177.444	140.632.980	
Contratos de Futuros	-	-	203.949.204	203.949.204	177.768.917	
Contratos a Termo e Outros	27.519.305	16.348.998	5.503.044	49.371.347	48.101.402	

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor Referencial			Valor Referencial		
	Cientes	Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total	Total
"Swap"	43.962.595	32.857.459	140.601.770	217.421.824	206.730.738	
Opções	7.705.429	661.640	160.090.339	168.457.408	142.756.063	
Contratos de Futuros	-	-	204.227.642	204.227.642	177.768.917	
Contratos a Termo e Outros	27.519.305	16.348.998	5.581.739	49.450.042	48.107.525	

⁽¹⁾ Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) (atual denominação social da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa)) e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor Referencial			Valor Referencial		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
"Swap"	3.214.860	8.195.902	123.997.602	135.408.364	122.218.953	
Opções	65.390.574	90.767.423	6.019.447	162.177.444	140.632.980	
Contratos de Futuros	19.793.673	146.474.222	37.681.309	203.949.204	177.768.917	
Contratos a Termo e Outros	27.422.159	18.150.084	3.799.104	49.371.347	48.101.402	

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor Referencial			Valor Referencial		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
"Swap"	3.314.668	9.500.276	204.606.880	217.421.824	206.730.738	
Opções	67.127.602	94.861.370	6.468.436	168.457.408	142.756.063	
Contratos de Futuros	19.927.315	146.581.603	37.718.724	204.227.642	177.768.917	
Contratos a Termo e Outros	27.453.088	18.197.850	3.799.104	49.450.042	48.107.525	

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	30/06/2017		
--	------------	--	--



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. Carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking". O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2017.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(9.478)	(269.807)	(539.613)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(2.527)	(33.197)	(66.394)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(3.017)	(10.525)	(21.050)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(341)	(17.375)	(34.751)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(13.556)	(338.899)	(677.797)
	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.551)	(17.367)	(34.735)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(2.808)	(42.482)	(84.965)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(419)	(10.472)	(20.944)
Ações e Índices				
Total ⁽¹⁾		(35.697)	(740.124)	(1.480.249)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(68.136)	(1.517.756)	(2.943.367)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(3.623)	(153.032)	(398.467)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(30.855)	(575.081)	(1.061.634)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(7.685)	(101.431)	(189.192)
	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(4.329)	(33.867)	(68.356)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(14.546)	(189.969)	(360.181)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(878)	(21.956)	(43.912)
Moeda Estrangeira				
Total ⁽¹⁾		(130.052)	(2.593.092)	(5.065.109)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

Carteira de Créditos				
	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Operações de Crédito	171.315.422	170.641.360	215.067.354	207.002.806
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽³⁾	87.005.568	91.342.000	96.373.897	98.406.599
Financiamentos ⁽⁴⁾	37.676.967	35.026.407	71.806.498	64.323.254
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.203.782	6.503.223	11.203.782	6.503.223
Financiamentos Imobiliários	35.252.850	37.554.842	35.252.850	37.554.842
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	9.348	53.128	9.348	53.128
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	166.907	161.760	420.379	161.760
Operações de Arrendamento Mercantil	5.474.957	4.931.342	5.474.957	4.931.342
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	30.814.588	27.101.130	33.572.056	29.440.600
Outros Créditos ^{(2) (3)}	207.604.978	202.673.844	256.821.917	244.290.228
Total	104.961.729	100.341.899	130.229.957	122.803.572
Circulante	102.643.249	102.331.945	126.591.960	121.486.656
Longo Prazo				

⁽¹⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

⁽²⁾ Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

⁽³⁾ Inclui o valor de R\$233.044 no Banco e R\$685.393 (30/06/2016 - R\$228.407) no Consolidado de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$9.044.228 (30/06/2016 - R\$11.288.074) no Banco e R\$9.214.034 (30/06/2016 - R\$11.875.745) no Consolidado, de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

⁽⁴⁾ Inclui o valor de R\$485.259 (30/06/2016 - R\$189.781) no Banco e no Consolidado de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$10.068.593 (30/06/2016 - R\$8.684.712) no Banco e R\$10.738.069 (30/06/2016 - R\$8.684.712) no Consolidado, de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

No Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$212.453 (30/06/2016 - R\$101.961) de contratos de crédito objetos de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro semestre de 2017, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$365.896 (2016 - R\$241.556) no Banco e no Consolidado e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Financeira Brasil S.A. (Banco PSA), (Nota 37.c). Em 30 de junho de 2017, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$254.072. Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de Funded Participation (Export) no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 30 de junho de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$166.907 (30/06/2016 - R\$161.760). Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à operação imobiliária no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$142.189 (30/06/2016 - R\$179.502).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Vencidas	6.033.788	7.599.596	7.093.591	8.489.799
A Vencer:				
Até 3 Meses	59.220.299	55.778.035	67.995.478	64.294.474
De 3 a 12 Meses	45.741.430	44.563.864	62.234.479	58.509.098
Acima de 12 Meses	96.609.461	94.732.349	119.498.369	112.996.857
Total	207.604.978	202.673.844	256.821.917	244.290.228

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2	13	3.237.847	3.488.161
Arrendamentos a Receber	1	7	2.185.716	2.324.960
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1	6	1.052.131	1.163.201
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	(6)	(2.169.758)	(2.303.953)
Valores Residuais a Balancear	(1)	(6)	(1.052.131)	(1.163.201)
Imobilizado de Arrendamento	67.835	69.667	7.152.081	7.611.613
Depreciações Acumuladas	(67.835)	(69.667)	(3.902.524)	(4.140.355)
Superveniências de Depreciações	26.670	27.838	1.435.649	1.741.284
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	235.742	225.552
Credores por Antecipação de Valor Residual	(26.670)	(27.827)	(2.231.976)	(2.546.380)
Outros Valores e Bens	-	-	2.620	2.759
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	1	12	2.707.550	2.915.480

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$1 (30/06/2016 - R\$1) no Banco e R\$530.297 (30/06/2016 - R\$572.681) no Consolidado.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Vencidas	2	2	24.029	28.622
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	11	1.516.832	1.647.493
De 1 a 5 Anos	-	-	1.683.127	1.802.318
Acima de 5 Anos	-	-	13.859	9.728
Total	2	13	3.237.847	3.488.161

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Vencidas	1	1	21.376	25.595
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	11	1.415.486	1.539.926
De 1 a 5 Anos	-	-	1.264.058	1.345.421
Acima de 5 Anos	-	-	6.630	4.538
Total	1	12	2.707.550	2.915.480

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Sector Privado	207.529.561	202.576.257	256.746.500	244.180.097
Indústria	57.008.424	58.405.191	58.505.082	60.041.554
Comércio	25.663.211	24.404.289	28.810.096	26.912.441
Instituições Financeiras	853.276	2.329.765	856.685	2.335.536
Serviços e Outros ⁽¹⁾	32.263.745	33.766.725	34.929.199	36.215.729
Pessoas Físicas	88.673.210	81.102.077	130.371.359	115.730.476
Cartão de Crédito	20.921.216	18.484.801	20.921.216	18.484.801
Crédito Imobiliário	27.045.527	26.969.722	27.045.527	26.969.722
Crédito Consignado	13.228.043	10.722.053	21.959.493	16.654.331
Financiamento e Leasing de Veículos	1.768.873	2.071.794	32.650.876	28.750.085
Outros ⁽²⁾	25.709.551	22.853.707	27.794.247	24.871.537
Agricultura	3.067.695	2.568.210	3.274.079	2.944.361
Sector Público	75.417	97.587	75.417	110.131
Governo Estadual	38.629	62.337	38.629	62.588
Governo Municipal	36.788	35.250	36.788	47.543
Total	207.604.978	202.673.844	256.821.917	244.290.228

⁽¹⁾ Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

⁽²⁾ Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Carteira de Créditos				
	Provisão			
	% Provisão	Curso	Total ⁽²⁾	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Normal	Anormal ⁽¹⁾	
AA	-	80.819.947	-	80.819.947
A	0,5%	70.796.307	-	70.796.307
B	1%	15.288.015	1.447.863	16.735.878
C	3%	9.398.722	2.046.451	11.445.173
D	10%	8.503.110	2.573.174	11.076.284
E	30%	2.308.579	2.212.037	4.520.616
F	50%	1.812.527	1.230.717	3.043.244
G	70%	1.176.475	865.948	2.042.423
H	100%	2.596.786	4.473.874	7.070.660
Total		192.700.468	14.850.064	207.550.532

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Carteira de Créditos				
	Provisão			
	% Provisão	Curso	Total ⁽²⁾	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Normal	Anormal ⁽¹⁾	
AA	-	78.479.385	-	78.479.385
A	0,5%	72.451.305	-	72.451.305
B	1%	13.189.282	1.339.029	14.528.311
C	3%	9.200.183	2.505.363	11.705.546
D	10%	6.197.321	2.592.000	8.789.321
E	30%	2.038.096	1.752.496	3.790.592
F	50%	1.230.801	1.401.343	2.632.144
G	70%	843.911	2.153.496	2.997.407
H	100%	2.625.016	4.674.817	7.299.833
Total		186.255.300	16.418.544	202.673.844

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

⁽²⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

	Banco	Consolidado		
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Carteira de Créditos				
	Provisão			
	% Provisão	Curso	Total ⁽²⁾	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Normal	Anormal ⁽¹⁾	
AA	-	97.439.006	-	97.439.006
A	0,5%	94.851.739	-	94.851.739
B	1%	18.197.944	2.704.817	20.902.761
C	3%	10.304.500	3.235.279	13.539.779
D	10%	8.640.606	3.023.927	11.664.533
E	30%	2.404.911	2.452.549	4.857.460
F	50%	1.828.586	1.422.489	3.251.075
G	70%	1.297.015	1.006.908	2.303.923
H	100%	2.627.706	5.326.580	7.954.286
Total		237.592.013	19.172.549	256.764.562

</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$617.859 (30/06/2016 - R\$697.330) e no Consolidado o valor de R\$619.086 (30/06/2016 - R\$866.899).

Conforme previsto na Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações promovidas pela Resolução CMN 4.441/2015, o Santander Brasil apresentou as justificativas e fundamentações para suportar o registro contábil dos créditos tributários nas suas demonstrações contábeis. Em 22 de fevereiro de 2016, o pedido para manutenção e os procedimentos para registro dos créditos tributários do Banco foi deferido pelo Bacen.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Banco				
	30/06/2017				
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%	Registrados
2017	2.769.240	2.209.677	103.876	197.207	5.280.000
2018	3.158.722	2.508.484	136.481	11.944	5.815.631
2019	3.744.535	2.223.029	75.675	27.063	6.070.302
2020	3.497.079	2.120.749	63.398	-	5.681.226
2021	154.890	92.671	4.430	285.538	537.529
2022 a 2024	614.005	249.603	6.645	-	672.253
2025 a 2026	459.902	301.249	-	-	761.151
Total	14.200.373	9.705.462	390.505	521.752	24.816.092

Ano	Banco				
	30/06/2017				
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%	Registrados
2017	2.998.997	2.387.346	104.795	56.734	5.753.289
2018	3.651.133	2.898.723	138.317	11.944	6.767.752
2019	4.440.355	2.618.542	77.091	32.100	7.226.490
2020	3.628.356	2.201.634	64.396	99.711	5.994.997
2021	168.001	98.532	5.426	81.143	638.640
2022 a 2024	422.737	252.424	7.221	53.289	735.671
2025 a 2026	474.653	309.113	-	11.876	795.642
2027	115	45	-	-	160
Total	15.784.347	10.766.359	397.246	428.790	535.899

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$21.578.715 (30/06/2016 - R\$19.875.197) no Banco e R\$24.304.908 (30/06/2016 - R\$22.194.031) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito				
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	16.933.288	14.133.412	16.982.837	14.180.127
Cédula de Produto Rural (CPR)				
Outros	34.495	109.905	34.495	109.905
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.811.015	4.761.485	7.039.035	6.866.109
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.677.736	1.679.444	1.743.626	1.737.338
Outros	1.679.590	980.270	1.924.454	1.136.588
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	614.603	730.572	695.792	819.518
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.927.846	1.935.018	2.599.281	2.451.841
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 26.e) ⁽²⁾	15.437.606	11.671.737	15.424.063	11.671.737
Pagamentos a Ressorcir	181.430	137.221	209.868	151.034
Adiantamentos Salariais/Outros	191.403	180.227	264.615	228.717
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	138.461	-	162.040	-
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	82.201	75.789	82.201	76.303
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	854.401	819.847	855.798	816.015
Outros	1.176.213	1.072.432	1.741.448	1.892.140
Total	59.038.695	50.944.260	65.765.869	57.086.514
Circulante	28.366.454	35.738.849	31.798.545	38.463.812
Longo Prazo	30.672.241	15.205.411	33.967.324	18.622.702

⁽¹⁾ Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento de acordo com as políticas de risco do Banco.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2017, no Banco Santander incluiu o valor de R\$15.423.658 a receber relacionado a Adquirência de sua controlada Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.).

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de junho de 2017, é composto pela aquisição ocorrida no dia 20 de abril de 2017 junto ao Grupo WTorre, de ações correspondentes a 94,60% do capital social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida. A participação neste investimento tem caráter provisório. O valor registrado foi de R\$130.713 no Banco e Consolidado.

Em 30 de junho de 2016, era composto por investimentos nas entidades de energia eólica, o valor registrado no Consolidado foi de R\$487.386. Em 30 de setembro de 2016, em função da não expectativa de venda destes investimento pela situação do mercado, a Administração decidiu transferir o total deste saldo, para rubrica de participações em coligadas e controladas no país (Nota 15).

14. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:
Cayman
A Agência Grand Cayman é uma filial do Banco Santander e não é uma sociedade jurídica constituída separadamente. Opera nas Ilhas Cayman sob a Categoria "B" - licença bancária. No curso normal dos negócios, a Sucursal tem operações significativas com a matriz e suas afiliadas. Todas as transações são assumidas e registradas sob a direção do Escritório Central da sucursal, que é economicamente dependente.

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Luxemburgo
Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável e que tenha maior capacidade de captação.

A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.

Subsidiária:
O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável. As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Ativo	89.093.070	73.929.247	3.013.118	2.941.471
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	89.093.069	73.929.237	3.013.095	2.941.245
Disponibilidades	2.479.841	357.498	196.171	411.767
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.457.349	12.290.546	1.321.250	956.178
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	35.223.673	33.929.035	125.821	8.429
Operações de Crédito ⁽¹⁾	20.067.776	21.194.414	1.291.711	1.563.030
Carteira de Câmbio	16.372.413	5.060.236	-	-
Outros	2.492.017	1.097.508	78.142	1.841
Ativo Permanente	1	10	23	226
Passivo	89.093.070	73.929.247	3.013.118	2.941.471
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	50.881.110	39.661.489	165.980	217.204
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	9.238.405	6.816.587	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.013.912	4.946.946	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽³⁾	20.227.584	19.533.916	-	-
Carteira de Câmbio	16.324.574	5.504.407	-	-
Outros	2.076.635	2.859.633	165.980	217.204
Resultados de Exercícios Futuros	117	266	17.778	17.197
Patrimônio Líquido	38.211.843	34.267.492	2.829.360	2.707.070
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
	1.224.032	253.251	18.576	(66.008)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

⁽²⁾ Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

⁽³⁾ A variação do saldo em 2016 refere-se principalmente a liquidações de eurobonds durante o segundo semestre.

15. Participações em Coligadas e Controladas

					30/06/2017
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Investimentos	Atividade				
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽¹⁵⁾	Outras Atividades	-	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ⁽¹⁶⁾	Outras Atividades	4.597	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽³⁾	Securitizadora	-	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) ⁽²⁰⁾	Instituição de Pagamento	40.000	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) ⁽⁴⁾	Banco	227.106	-	-	60,00%
Banco PSA ⁽⁶⁾	Banco	105	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil)) ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Leasing	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%
Controlada da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ⁽¹⁶⁾					
BW Guirapá I S.A. ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾	Holding	848	-	-	86,81%
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽¹⁷⁾					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽¹⁷⁾					
Webmotors S.A. ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
Controlada em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ⁽¹⁷⁾⁽¹⁸⁾					
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) ⁽⁶⁾⁽¹⁸⁾	Corretora de Seguros	250	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U. Ltda. (Integry Tecnologia) ⁽¹⁶⁾	Outras Atividades	76.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da TecBan ⁽¹⁷⁾					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽¹³⁾	Outras Atividades	176.435	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet ⁽¹⁷⁾					
Tbforce Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforce) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	169.286	-	-	100,00%
Controladas Olé Consignado ⁽⁴⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	100,00%

Investimentos	Atividade	Quantidade de Cotas	Preferenciais	Participação Direta	Participação Indireta
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(8) (11)}					
Central Eólica Angical S.A. (Angical) ^{(8) (11)}	Eólica	717	-	-	100,00%
Central Eólica Catitu S.A. (Catitu) ⁽⁸⁾	Eólica	935	-	-	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A. (Coqueirinho) ^{(8) (11)}	Eólica	943	-	-	100,00%
Central Eólica Corupião S.A. (Corupião) ^{(8) (11)}	Eólica	712	-	-	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A. (Inhambu) ^{(8) (11)}	Eólica	918	-	-	100,00%
Central Eólica Tamandua Mirim S.A. (Tamandua Mirim) ^{(8) (11)}	Eólica	1.001	-	-	100,00%
Central Eólica Teiu S.A. (Teiu) ^{(8) (11)}	Eólica	746	-	-	100,00%

Coligada		Outras Atividades		Resultado da	
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)		1.679		21,75%	
		-		21,75%	
Patrimônio	Lucro Líquido			Resultado da	
Líquido Ajustado	(Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Equivalência Patrimonial	
	01/01 a			01/01 a	
30/06/2017	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	5.899.400	172.211	4.635.397	4.504.039	135.313
Santander Brasil Consórcio	180.366	43.751	180.366	116.473	43.751
Banco Bandepe	3.189.524	97.153	3.189.524	3.039.240	97.153
Banco RCI Brasil S.A.	1.169.014	78.698	466.331	530.812	31.394
Aymoré CFI	1.616.686	237.718	1.616.686	1.492.761	237.718
Santander CCVM	559.381	2.077	559.379	497.568	2.077
Santander Microcrédito	17.652	335	17.652	19.015	335
Santander Brasil Advisory ⁽¹⁵⁾	14.841	(378)	14.841	14.477	(378)
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ⁽¹⁶⁾	1.567.388	24.849	1.567.388	1.393.163	24.849
Getnet S.A.	1.670.453	202.083	1.478.351	1.203.030	178.844
Sancap	441.105	31.612	441.105	327.604	31.612
Santander Serviços	923.660	132.569	560.231	410.754	80.408
Santander Brasil EFC	2.829.360	18.576	2.829.360	2.707.070	18.576
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽⁸⁾	-	-	-	6.141	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Principais Premissas:

Bases para Determinação do Valor Recuperável
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)
Taxa de Crescimento
Taxa de Desconto (2)

Valor em Uso: Fluxos de Caixa
5 Anos
8,0%
15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,23%.
Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

	Banco				30/06/2017		30/06/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total
Depósitos à Vista	16.181.314	-	-	-	16.181.314	14.947.783	-	-
Depósitos de Poupança	37.063.761	-	-	-	37.063.761	34.516.967	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	21.732.674	19.843.591	2.873.132	44.449.397	70.876.546	-	-
Depósitos a Prazo (1) (2)	97.175	34.750.231	29.646.087	59.916.229	124.409.722	83.401.440	-	-
Total	53.342.250	56.482.905	49.489.678	62.789.361	222.104.194	203.742.736	-	-
Circulante	-	-	-	-	159.314.833	156.876.708	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-	62.789.361	46.866.028	-	-
Consolidado								
	Banco				30/06/2017		30/06/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total
Depósitos à Vista	16.175.261	-	-	-	16.175.261	14.916.777	-	-
Depósitos de Poupança	37.063.761	-	-	-	37.063.761	34.516.967	-	-
Depósitos Interfinanceiros (1)	-	1.848.997	527.199	518.165	2.894.361	2.601.300	-	-
Depósitos a Prazo (1) (2)	97.175	34.742.994	28.676.830	58.964.854	122.481.853	82.512.650	-	-
Outros Depósitos	129	-	-	-	129	-	-	-
Total	53.336.326	36.591.991	29.204.029	59.483.019	178.615.365	134.547.694	-	-
Circulante	-	-	-	-	119.132.346	90.572.173	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-	59.483.019	43.975.521	-	-

(1) Inclui o valor de R\$275.476 de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI e R\$10.313 (30/06/2016 - R\$43.427.383) de Certificados de Depósito a Prazo - CDB, objetos de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.Vb).

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existe a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

	Banco				30/06/2017		30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total	Total
Carteira Própria	93.613.640	27.629.366	2.477.107	123.720.113	127.011.356	-	-	-
Títulos Públicos	79.396.533	34.974	-	79.431.507	64.533.930	-	-	-
Outros	14.217.107	27.594.392	2.477.107	44.288.606	62.477.426	-	-	-
Carteira de Terceiros	9.233.670	-	-	9.233.670	20.437.515	-	-	-
Carteira de Livre Movimentação	-	3.871.740	25.086.130	28.957.870	25.991.924	-	-	-
Total	102.847.310	31.501.106	27.563.237	161.911.653	173.440.795	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	134.348.416	128.351.732	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-	27.563.237	45.089.063	-	-
Consolidado								
	Banco				30/06/2017		30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total	Total
Carteira Própria	90.701.410	27.611.852	2.477.107	120.790.369	120.342.223	-	-	-
Títulos Públicos	76.484.302	35.392	-	76.519.694	58.039.590	-	-	-
Títulos de Emissão Própria	8.236.616	26.933.449	2.463.096	37.633.161	55.853.090	-	-	-
Outros	5.980.492	643.011	14.011	6.637.514	6.449.543	-	-	-
Carteira de Terceiros	334.796	-	-	334.796	6.424.380	-	-	-
Carteira de Livre Movimentação	-	3.871.740	25.086.130	28.957.870	25.991.924	-	-	-
Total	91.036.206	31.483.592	27.563.237	150.083.035	152.755.527	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	122.519.798	107.668.464	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-	27.563.237	45.089.063	-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco				30/06/2017		30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	17.146.916	50.966.554	8.076.017	76.189.487	89.347.600	-	-	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	6.544.575	17.106.035	2.607.016	26.257.626	22.884.319	-	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (2)	1.689.825	5.840.879	252.409	7.783.113	5.397.156	-	-	-
Letras Financeiras - LF (3)	8.912.516	28.019.640	5.216.592	42.148.748	61.066.125	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.411.878	1.970.043	10.597	3.392.518	5.732.271	-	-	-
Eurobonds	1.411.878	1.970.043	10.597	3.392.518	5.732.271	-	-	-
Certificados de Operações Estruturadas	337.559	549.877	442.811	1.330.247	980.425	-	-	-
Total	18.896.353	53.486.474	8.529.425	80.912.252	96.060.296	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	72.382.827	56.793.962	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-	8.529.425	39.266.334	-	-
Consolidado								
	Banco				30/06/2017		30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais (3)	239.077	311.905	519.796	1.070.778	923.212	-	-	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	17.321.887	52.059.064	9.964.801	79.345.752	92.610.826	-	-	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	6.544.575	17.106.036	2.607.015	26.257.626	22.884.319	-	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (2)	1.689.825	5.840.879	252.409	7.783.113	5.397.156	-	-	-
Letras Financeiras - LF (3) (4)	9.087.487	29.112.149	7.105.377	45.305.013	64.329.351	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.411.878	1.970.043	10.597	3.392.518	5.732.271	-	-	-
Eurobonds	1.411.878	1.970.043	10.597	3.392.518	5.732.271	-	-	-
Certificados de Operações Estruturadas	337.559	549.877	442.811	1.330.247	980.425	-	-	-
Total	19.310.401	54.890.889	10.938.005	85.139.295	100.246.734	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	74.201.290	58.951.805	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-	10.938.005	41.294.929	-	-

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel.
Em 30 de junho de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2020 (30/06/2016 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2020).
(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 86,0% a 94,0% do CDI. Em 30 de junho de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2019 (30/06/2016 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2018).
(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2025 (30/06/2016 - com prazo de vencimento entre 2016 a 2025).
(4) Em 30 de junho de 2017, inclui o valor de R\$2.585.420 de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.Vb).
Em 30 de junho de 2017, inclui o valor de R\$671.679 de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.Vb).

	Banco/Consolidado				30/06/2017		30/06/2016	
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
Eurobonds	junho-16	junho-17	US\$	2,0%	780.292	-	-	-
Eurobonds	junho-16	junho-17	US\$	2,0%	-	463.465	-	-
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	2,2%	255.711	-	-	-
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	2,0%	200.742	-	-	-
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,0%	200.127	-	-	-
Eurobonds	agosto-16	agosto-17	US\$	2,0%	190.207	-	-	-
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	1,8%	141.958	-	-	-
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,0%	134.092	-	-	-
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	2,1%	-	85.648	-	-
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	2,3%	-	22.557	-	-
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,1%	83.727	-	-	-
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	2,3%	29.054	-	-	-
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	1,8%	49.610	-	-	-
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	1,8%	48.978	-	-	-
Eurobonds	fevereiro-15	fevereiro-18	US\$	2,2%	40.319	39.122	-	-
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	EUR	0,4%	41.259	-	-	-
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,1%	36.467	-	-	-
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	EUR	0,8%	22.944	-	-	-
Eurobonds	junho-15	junho-20	US\$	3,0%	10.507	9.906	-	-
Eurobonds	fevereiro-17	fevereiro-18	US\$	2,0%	75.472	-	-	-
Eurobonds	fevereiro-17	janeiro-18	US\$	2,3%	55.485	-	-	-
Eurobonds	março-17	fevereiro-18	US\$	2,4%	33.326	-	-	-
Eurobonds	março-17	março-18	US\$	2,1%	33.292	-	-	-
Eurobonds	fevereiro-17	fevereiro-18	US\$	1,8%	20.917	-	-	-
Eurobonds	fevereiro-17	março-18	BRL	7,7%	18.443	-	-	-
Eurobonds	janeiro-17	junho-17	US\$	1,4%	17.676	-	-	-
Eurobonds	junho-17	dezembro-17	US\$	1,6%	165.432	-	-	-
Eurobonds	abril-17	outubro-17	EUR	0,2%	188.843	-	-	-
Eurobonds	maio-17	maio-18	US\$	2,4%	47.129	-	-	-
Eurobonds	fevereiro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	-	4.079.615	-	-
Eurobonds (1)	setembro-14	setembro-16	JPY	1,8%	-	39.452	-	-
Eurobonds	dezembro-15	junho-16	US\$	2,7%	-	162.336	-	-
Eurobonds	abril-16	outubro-16	US\$	1,0%	-	112.746	-	-
Eurobonds	fevereiro-16	março-17	US\$	2,5%	-	38.845	-	-
Outros	-	-	-	-	470.509	683.579	-	-
Total	-	-	-	-	3.392.518	5.732.271	-	-

(1) Em 30 de junho de 2016, o valor de R\$34.452 são operações objeto de "hedge" de risco de mercado indexados em moeda estrangeira - YEN (Nota 6.b.Va).

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Depósitos a Prazo (1)	4.902.837	2.116.883	4.865.808	2.065.332
Depósitos de Poupança	1.230.705	1.346.283	1.230.705	1.346.283
Depósitos Interfinanceiros	4.865.872	4.266.315	150.208	203.438
Captação no Mercado Aberto	9.503.919	12.117.146	8.871.743	10.901.093
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	58.782	63.741
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.050.594	10.708.787	4.279.175	11.014.438
Outras	240.287	761.536	241.499	763.434
Total	23.178.243	31.316.950	19.697.903	26.357.759

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$246.369 (2016 - R\$252.486), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses						
					Banco	
					30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	-	-	-	2.167
Obrigações por Empréstimos no Exterior	10.801.502	17.568.270	465.988	28.835.760	28.533.575	
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	5.935.630	15.233.527	236.428	21.405.585	22.207.974	
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	4.865.872	2.334.743	229.560	7.430.175	6.325.601	
Obrigações por Repasses do País	1.757.717	3.526.909	11.556.983	16.841.609	15.933.921	
Total	12.559.219	21.095.179	12.022.971	45.677.369	44.469.663	
Circulante				33.654.378	29.448.026	
Longo Prazo				12.022.971	15.021.637	
					Consolidado	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	29.730	66.997	395.764	492.491	66.915	
Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.480.742	17.568.270	465.988	27.515.000	27.577.926	
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	5.935.630	15.233.527	236.428	21.405.585	22.208.152	
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	3.545.112	2.334.743	229.560	6.109.415	5.369.774	
Obrigações por Repasses do País	1.757.717	3.526.909	11.556.983	16.841.609	15.933.921	
Total	11.268.189	21.162.176	12.418.735	44.849.100	43.578.762	
Circulante				32.430.365	28.530.117	
Longo Prazo				12.418.735	15.048.645	

⁽¹⁾ Inclui o valor de R\$270.755 (30/06/2016 - R\$1.850.098), de obrigações objeto de "hedge" risco de mercado (Nota 6.b.Va) e em 30 de junho de 2016 o valor de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo

taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Banco			
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Disponibilidades	347.421	-	264.842	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	342.316	-	261.374	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	1.250	-	128	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	3.689	-	3.306	-
Diversos	166	-	34	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	51.115.371	2.190.327	47.518.638	2.090.313
Aymoré CFI ⁽³⁾	30.220.128	1.591.552	26.705.993	1.667.882
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	11.247.880	43.788	14.308.910	21.867
Banco PSA ⁽³⁾	828.326	52.714	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	883.411	39.322	907.003	68.522
Olé Consignado ⁽³⁾	7.935.626	462.951	5.596.732	332.042
Títulos e Valores Mobiliários	47.640.919	3.434.358	84.198.986	4.947.617
Santander Leasing ⁽³⁾	47.640.919	3.434.358	84.198.986	4.947.617
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(573.825)	(15.110)	(159.663)	561.971
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito	-	-	-	-
Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(57.737)	(75.788)	(225.386)	125.651
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(105.418)	(7.766)	(90.086)	37.251
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(434.662)	2.568	(55.890)	(11.614)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	10.161	(18.968)	188.965	401.216
Santander Paraty ⁽³⁾ (Nota 2)	-	-	(49.605)	(25.943)
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	3.964	(168.347)	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(509)	498	-	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	10.376	252.693	72.339	35.410
Operações de Crédito	-	289	-	1.426
Cibrasec ^{(3) (11)}	-	289	-	1.426
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	100.000	-
Sancap ⁽³⁾	-	-	100.000	-
Negociação e Intermediação de Valores	666.250	2.061	383.293	833
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	105.945	344	95.796	204
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	560.305	1.717	287.497	629
Carteira de Câmbio - Líquida	268.496	376.303	(119.480)	(123.224)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	268.496	376.303	(119.480)	(123.224)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	16.278.059	1.274.160	819.847	1.284.189
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	831.998	747.576	797.867	752.954
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	-	117.727	-	134.787
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	22.393	130.761	19.480	109.795
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	202.953	-	216.886
Santander CCVM ⁽³⁾	-	50.363	-	45.403
Santander Leasing ⁽³⁾	-	1.198	-	2.438
Santander Serviços ⁽³⁾	-	9.523	-	9.523
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	4.134	-	3.495
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	-	2.097	-	1.617
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(3) (10)}	-	499	-	2.500
Getnet S.A. ^{(3) (9)}	15.423.658	1.024	-	-
Diversos	10	6.305	2.500	4.791
Outros Créditos - Diversos	8.943	9.870	6.526	22.016
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	4.611	-	4.589	1.540
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	3.405	-	1.669	3.923
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	7.447	-	12.721
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾	-	633	-	1.173
Diversos	927	1.790	268	2.659
Depósitos	(46.236.461)	(3.280.888)	(72.031.789)	(4.239.223)
Santander Leasing ⁽³⁾	(38.515.468)	(2.935.147)	(64.640.363)	(3.800.272)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(496.550)	(7.496)	(1.561)	-
Aymoré CFI ⁽³⁾	(3.395.519)	(177.491)	(3.165.686)	(225.163)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(100.854)	(24.604)	(1.012.922)	(75.699)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(114.613)	-	(21.762)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(13.063)	-	(27.118)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(24.320)	(3.689)	(70.871)	(6.678)
Sancap ⁽³⁾	(14.662)	(841)	(16.736)	(865)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(12.295)	(660)	(13.886)	(908)
Webmotors S.A. ^{(7) (11)}	(37.181)	(2.977)	(212.829)	(14.041)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(801.374)	(42.572)	(657.918)	(41.528)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(36.451)	(1.028)	(12.901)	(1.776)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(14.987)	(681)	(13.774)	(885)
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	(76.648)	(1.434)	(105.096)	(6.459)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(661)	(145)	(7.433)	(671)
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(3) (10)}	(722.323)	(40.128)	(656.062)	(39.564)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾	(251.780)	(12.614)	(142.754)	(9.035)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(110.489)	(6.339)	(69.565)	(4.459)
Santander Paraty ⁽³⁾ (Nota 2)	-	-	(63.144)	-
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(1.304.245)	(14.237)	-	-
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(9.750)	-	(9.157)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(21.867)	(894)	(52.979)	(4.334)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(66.953)	(3.551)	(26.947)	(1.504)
Super Pagamentos ⁽³⁾	(19.290)	(2.299)	(14.892)	(865)
Webcasas S.A. ⁽⁴⁾	(22.704)	(1.229)	(21.218)	(1.348)
Santander Brasil Advisory ⁽³⁾	(12.355)	(686)	(11.845)	(768)
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	-	-	(955.827)	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(14.430)	-	(428)	-
Diversos	(25.629)	(146)	(26.115)	(2.401)
Operações Compromissadas	(11.991.383)	(641.037)	(21.016.956)	(1.236.998)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(162.347)	(8.700)	(334.688)	(20.661)
Getnet S.A. ⁽³⁾	-	(15.667)	(174.794)	(8.196)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(242.169)	(4.420)	(179.677)	(12.038)
Santander FI Financeira ⁽³⁾	(10.395.450)	(557.284)	(9.213.133)	(580.758)
Santander Leasing ⁽³⁾	-	(10.554)	(10.950.000)	(605.070)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(68.432)	(3.164)	(46.231)	(3.371)
Olé Consignado ⁽³⁾	-	-	(1.176)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(14.294)	(508)	(6.599)	(586)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(387.929)	(4.945)	(8.853)	(1.036)
Santander FI Guarujá ⁽³⁾	(48.376)	(1.231)	(36.341)	(653)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(30.969)	(3.570)	(66.640)	(4.080)
Super Pagamentos ⁽³⁾	-	-	-	(405)
Banco PSA ⁽³⁾	(324.609)	(17.835)	-	-
Santander FI Unix ⁽³⁾	(297.776)	(10.423)	-	-
Integry Tecnologia	(17.489)	(1.464)	-	-
Diversos	(1.543)	(96)	-	(144)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(11.665)	-	(9.294)	(120)
Super Pagamentos ⁽³⁾	(11.665)	-	(9.294)	(120)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.643.145)	-	(124.416)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(286.420)	-	(111.013)	-
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	(1.320.760)	-	-	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(515)	-	(13.197)	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(206)	-
Banco Santander Rio S.A. ⁽⁴⁾	(520)	-	-	-
Banco Santander de Negocios Colombia S.A. ⁽⁴⁾	(34.783)	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	(147)	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	(379.614)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	-	(58.724)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	-	-	(200.379)	-
GES ^{(2) (4)}	-	-	(120.191)	-
SIH ⁽⁴⁾	-	-	(213)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁴⁾	-	-	(107)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(46.521)	(236.710)	(56.363)	(215.297)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	(11.906)	(14.701)	(13.737)	(13.737)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(55.996)	(22.566)	(51.469)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(95.415)	(2.886)	(92.232)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁴⁾	(16.099)	(16.099)	(8.410)	(12.270)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(4.136)	(22.176)	(3.411)	(19.083)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(8.522)	-	-	(420)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(2.009)	(11.601)	(1.433)	(8.104)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾	(3.780)	(20.356)	(3.858)	(16.882)
Diversos	(69)	(366)	(62)	(1.100)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.976.613)	(110.601)	(7.739.354)	(188.081)
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.976.613)	(110.601)	(7.739.354)	(188.081)
Despesas com Doações	-	(7.350)	-	(6.700)
Fundação Sudameris	-	(7.350)	-	(6.700)
Outras Obrigações - Diversas	(15.476)	(436.626)	(61.260)	(655.235)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(2.945)	-	(1.928)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(160.921)	-	(149.041)
TecBan ^{(7) (11)}	-	(132.000)	-	(102.316)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(19.394)	-	(18.452)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(18.217)	-	(28.595)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(803)	-	(769)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(12.821)	-	(12.038)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(11.969)	(67.026)	(58.297)	(332.302)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾	(3.507)	(18.069)	(2.963)	(7.633)
Diversos	-	(4.430)	-	(2.161)

Disponibilidades
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾
Diversos
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Negociação e Intermediação de Valores
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾
Carteira de Câmbio - Líquida
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Valores a Receber de Sociedades Ligadas
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾
Diversos
Outros Créditos - Diversos
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Banco Santander International ⁽⁴⁾
Diversos
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda (Nota 13)
BW Guirapá I S.A.
Depósitos
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾
Webmotors S.A. ^{(3) (11)}
Diversos
Operações Compromissadas
SAM Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾
Obrigações por Empréstimos e Repasses
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾
Banco Santander Rio S.A. ⁽⁴⁾
Banco Santander de Negocios Colombia S.A. ⁽⁴⁾
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾
Dividendos e Bonificações a Pagar
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾
GES ^{(2) (4)}
SIH ⁽⁴⁾
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Banco Madesant ⁽⁴⁾
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Produban Servicios ⁽⁴⁾
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾
Ingeniería ⁽⁴⁾
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾
Diversos
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}
Despesas com Doações
Santander Cultural
Fundação Sudameris
Fundação Santander
Outras Obrigações - Diversas
Banco Santander Espanha ⁽²⁾
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾
Ingeniería ⁽⁴⁾
Produban Servicios ⁽⁴⁾
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. ⁽⁴⁾
TecBan ^{(7) (11)}
Diversos

⁽¹⁾ Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 3 de julho de 2017 e juros de até 1,18% a.a. (30/06/2016 - com vencimento em 1 de julho de 2016 e juros de até 0,17% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

⁽²⁾ Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26 d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

⁽³⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

⁽⁴⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

⁽⁵⁾ Controlada em Conjunto - Banco Santander.

⁽⁶⁾ Controlada - Banco Santander Espanha.

⁽⁷⁾ Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

⁽⁸⁾ Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

⁽⁹⁾ Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

⁽¹⁰⁾ Na AGE de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros.

⁽¹¹⁾ A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15).

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

		Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a		01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016		30/06/2017	30/06/2016
Administração de Recursos	440.109	505.216		509.191	518.887
Serviços de Conta Corrente	1.378.001	1.035.020		1.397.951	1.207.368
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	557.546	553.472		740.491	698.548
Operações de Crédito	260.243	277.641		443.197	422.717
Rendas de Garantias Prestadas	297.303	275.831		297.294	275.831
Comissões de Seguros	996.035	998.983		1.213.836	1.030.229
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.489.031	1.600.327		2.312.010	1.833.483
Cobrança e Arrecadações	656.161	578.276		663.530	579.831
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	279.801	220.921		340.183	284.249
Outras	75.423	93.971		324.102	266.111
Total	5.872.107	5.586.186		7.501.294	6.418.706

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				

33. Resultado não Operacional				
	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado de Investimentos	1.787	-	(1.026)	(671)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	2.145	12.788	3.169	12.923
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens (1)	(266.948)	(11.431)	(332.769)	(11.358)
Despesas com Bens não de Uso	(7.127)	(6.508)	(8.379)	(8.536)
Ganhos (Perdas) de Capital	(7.544)	(4.079)	(9.026)	(2.290)
Outras Receitas (Despesas)	65.499	32.431	69.954	30.558
Total	(212.188)	23.201	(278.077)	20.626

(1) Em 2017, incluí R\$271.844 no Banco e R\$337.686 no Consolidado referente provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada.

34. Imposto de Renda e Contribuição Social				
	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.913.735	9.585.583	5.828.067	10.149.546
Participações no Lucro (1)	(622.131)	(574.888)	(664.928)	(614.110)
Juros sobre o Capital Próprio	(500.000)	(500.000)	(500.000)	(500.000)
Resultado não Realizado	-	-	(319)	(71)
Resultado antes dos Impostos	3.791.604	8.510.695	4.662.820	9.035.365
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 20%, Respectivamente (4)	(1.706.222)	(3.829.813)	(2.098.269)	(4.065.914)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	397.077	218.761	7.130	302
Despesas Indebitáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	86.039	123.988	110.207	170.430
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	360.784	(3.596.047)	360.784	(3.596.047)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	647.187	777.611	647.371	691.648
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (3)	-	-	66.291	51.455
Demais Ajustes CSLL 5% (4)	(372.077)	(434.228)	(407.703)	(448.351)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	3.799	284.254	45.315	279.306
Imposto de Renda e Contribuição Social	(583.413)	(6.455.474)	(1.268.874)	(6.917.171)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.
(4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.5).

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC
O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Estabelecimento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 30 de junho de 2017 resultaram em um ganho de R\$770 milhões (2016 - R\$7.810 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$1.469 milhões (2016 - R\$14.892 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando um ganho de R\$699 milhões (2016 - R\$7.082 milhões) composto de R\$69 milhões de PIS/Cofins (2016 - R\$692 milhões) e R\$630 milhões (2016 - R\$6.390 milhões) de IR/CSLL.

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego				
a) Plano de Aposentadoria Complementar				
O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.				
I) Banesprev				
Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.				
Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, com o plano implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.				
Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com os benefícios calculados até o final do plano.				
Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.				
Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.				
Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.				
Três planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões.				
Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996 (Nota 35.a.II).				
Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 35.a.II).				
Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 35.a.II).				
II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)				
Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.				
III) Bandedev - Bandedev Previdência Social (Bandedev)				
Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandedev e Banco Santander, administrado pela Bandedev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandedev e para os demais desde 2011.				
IV) Outros Planos				
SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2017 foram de R\$41.487 (2016 - R\$41.556) no Banco e R\$41.770 (2016 - R\$43.189) no Consolidado.				
Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.				
Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido				
	Banco		Consolidado	
	30/06/2017		30/06/2016	
	Banesprev (1)	Santander-previ	Banesprev	Bandedev
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165	-
	(2.145.334)	1.335	504.535	-
Sendo:				
Superávit	581.414	1.335	504.535	-
Déficit	(2.726.748)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	138.461	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.726.748)	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.504	-	-	105
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(99.441)	1	(164)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449	-

(1) Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 35.a.II).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

junho de 2017 e 2016:

Banco			Sensibilidade			
30/06/2017			31/12/2016		31/12/2015	
	Santander- previ	Bandeprev	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Banesprev (1)	(6)	(1.409)	58.416	(88.469)	719.789	(150.372)
Experiência do Plano	(19.212)	-	532.768	446.061	-	(615.320)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(841.484)	-	-	-	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(860.696)	(1.409)				
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	51.338	107				
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	51.338	107				
Mudança no Superávit Irrecuperável	(50.222)	(98)				

o Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados aos departamentos de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta sua senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f) Remuneração com Base em Ações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f.1) Programa Local

Os planos de Incentivo de Longo Prazo SOP 2014, PSP 2013 e SOP 2013 foram encerrados no exercício de 2016. Em 2017, o único plano de compra de ações do Banco que permanece aberto para exercício é o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações Units (SOP 2013), conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013.

(i) Planos de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	SOP2013 (1)
% de Ações Passíveis de Exercício	
1º	100%
2º	75%
3º	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	SOP 2013
Volatilidade	Black&Scholes
Taxa de Dividendos	40,00%
Período de Vesting	3,00%
Momento "Médio" de Exercício	3 Anos
Taxa Livre de Risco	5 Anos
Probabilidade de Ocorrência	11,80%
Valor Justo para Ações	60,27%
	R\$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A. (atual denominação social da BM&Fbovespa)) no período findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$28,90 (30/06/2016 - R\$16,32).

No primeiro semestre de 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia (2016 - despesa de R\$15.710 no Banco e R\$15.938 no Consolidado), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP). No mesmo período, não foram registradas despesas referente ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP), no primeiro semestre de 2016, foram registradas despesas no valor de R\$9.506 no Banco e R\$9.798 no Consolidado.

Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/Dez/2015	12.663.604				
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.346.779)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2013)	(6.377.786)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016
Opções Concedidas (SOP 2013)	220.606	12,84	2013	Executivos	30/06/2016
Opções Canceladas (PSP 2013)	(298.446)		2013	Executivos	13/08/2013
Opções Exercidas (PSP 2013)	(2.147.515)		2013	Executivos	13/08/2013
Opções Canceladas (SOP 2014)	(34.196)	14,31	2011	Executivos	30/06/2014
Opções Exercidas (SOP 2014)	(693.230)	12,72	2011	Executivos	30/06/2014
Saldo dos Planos em 31/Dez/2016	1.986.258				
Opções Exercidas (SOP 2013)	(582.485)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016
Saldo dos Planos em 30/Junho/2017	1.403.773				
SOP 2014	-	12,72	2011	Executivos	30/06/2014
SOP 2013	1.403.773	12,84	2013	Executivos	30/06/2016
PSP 2013	-		2013	Executivos	13/08/2013
Total	1.403.773				

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global - ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valor Justo do Plano Global

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

Foi considerado como premissas que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade Esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1

- RTA Versus Concorrentes
- ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco Versus Orçamento

Indicadores - Fase 2

- RTA Versus Concorrentes
- ROTE Banco Versus Orçamento
- Satisfação dos Funcionários
- Satisfação dos Clientes
- Vinculação de Empresas Versus Orçamento

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de 1 (um) ano após a entrega.

1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	Jan/2015	Dez/2018
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2017	3.388.106				

No primeiro semestre de 2017, foram registradas despesas pro rata dia no valor de R\$2.269 no Banco e R\$2.297 no Consolidado (2016 - não foram registradas despesas no Banco e no Consolidado), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 30 de abril de 2015.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

Em 25 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado.

(i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11).

No primeiro semestre de 2017, foram registrados despesas no valor de R\$7.011 (2016 - receitas de R\$5.601) no Banco e R\$6.961 (2016 - receitas de R\$5.956) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

(ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No primeiro semestre de 2017, foram registradas receitas no valor de R\$18.642 (2016 - despesas no valor de R\$573) no Banco e R\$18.661 (2016 - despesas no valor de R\$53) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander Brasil se apoia em uma robusta gestão de risco e em um estruturado apetite ao risco, devidamente definido e aprovado pela Administração atendendo as exigências do regulador local e se posicionando em linha com as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco Operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e o controle do risco operacional estão suportados pelo modelo de linhas de defesa, onde papéis e responsabilidades são atribuídos a todas as camadas da organização para o tema de riscos operacionais.

A área de Riscos não Financeiros é a responsável pela 2ª linha de defesa, definindo políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O modelo permite um contínuo aprimoramento da gestão e controle dos riscos operacionais, prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, identificação de planos de ação e manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

- Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

- Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo é a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI - Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos a fim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

- Risco reputacional é o risco de dano ao modo como o Banco é visto pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- i. Gestão de riscos desde sua geração;
- ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente, a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Em seu trabalho de última etapa de controle existente no Conglomerado Santander, a Auditoria Interna, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação às áreas de negócios;
 - Envolvimento da direção nas tomadas de decisão; e
 - Decisões colegiadas e consenso sobre as operações de crédito.
- O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o comitê de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o Diretor Vice-Presidente de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:
- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
 - Decidir sobre propostas de crédito;
 - Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
 - Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
 - Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhoria, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
 - Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.
- O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é o responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o Diretor Vice-Presidente de Riscos e o Diretor Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
 - Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
 - Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
 - Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.
- Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados ("carteirizados" com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

- **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (doravante, GCB), instituições financeiras e determinadas empresas; e
- **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também naqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Clientes Globais do Atacado (GCB), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições as quais as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- **Pré-venda:** inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;
- **Venda:** trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- **Pós-venda:** contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Executivo do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice-Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante à avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela direção do Conglomerado Santander e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de Apetite ao Risco. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, segundo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se o modelo de limite operacional simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating*, entre outros).

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente aprovado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e/ou Sociedades do Conglomerado Santander.

Além da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizados ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios, principalmente nos maiores Conglomerados (segmento atacado).

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos através de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em FEVE (Firmas em Vigilância Especial

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
Porque é um PAA Ambiente de tecnologia da informação (Nota Explicativa 36) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes, segregação de função e aspectos de <i>cyber security</i>. Com o resultado desses trabalhos, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para o resultado de nossa auditoria sobre as demonstrações financeiras. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 Os controles foram considerados como "A melhor" ou "Insatisfatório". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Auditoria Independente - Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2017. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2017, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela "PwC" para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. Em 19.04.2017, realizou a avaliação de desempenho da Auditoria Independente, cujo resultado foi informado aos representantes da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, em maio de 2017. Ouidoria - Em decorrência da Resolução CMN 4.433/15 e Resolução 279/13 da SUSEP, que dispõem sobre as Ouidorias em Instituições Financeiras, Sociedades de Capitalização e Previdência Privada, foram executados trabalhos específicos no primeiro semestre de 2017, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou. O correspondente relatório exigido pela Resolução CMN 3.849/2010, a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, será apreciado em reunião agendada para agosto de 2017. Outras Atividades -Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Santander, aprofundando suas análises; destaque para as reuniões com as seguintes áreas: i. Jurídico Contencioso: atualização da situação e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e seu tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; ii. Jurídico Societário: apreciação do Formulário de Referência e apreciação e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração do relatório 20F; iii. Diretoria de Compliance: Código de Ética e controle das transações com partes relacionadas, aspectos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), Lei Anticorrupção; iv. Vice Presidência de Finanças: processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, além da análise e acompanhamento das demonstrações financeiras e notas explicativas; v. Vice-Presidência Executiva de Riscos: atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento e atualização sobre indicadores de riscos em geral, gestão de risco de liquidez, juros e capital. No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do mesmo e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado. Conclusão - Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são adequados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, para o período findo em 30 de junho de 2017, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.	
Comitê de Auditoria São Paulo, 24 de julho de 2017 Jose Luciano Duarte Penido - Coordenador Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro Elidie Palma Bifano Julio Sergio de Souza Cardozo	